

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Eron Keoma Nascimento

Para além da aparência: condições de vida, desafios e perspectiva dos
estudantes da EJA, em Florianópolis-SC

Florianópolis

2022

Eron Keoma Nascimento

**Para além da aparência: condições de vida, desafios e perspectiva dos
estudantes da EJA, em Florianópolis-SC**

Trabalho de Conclusão de Licenciatura
apresentado à Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito para obtenção
do título de licenciado em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Nise Maria Tavares
Jinkings, Dra.

Coorientadora Profa. Célia Regina
Vendramini, Dra.

Florianópolis

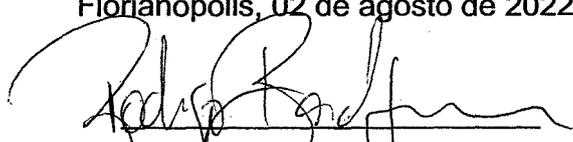
2022

Eron Keoma Nascimento

**Para além da aparência: condições de vida, desafios e perspectiva dos
estudantes na EJA em Florianópolis-SC**

Este Trabalho de Conclusão de Licenciatura foi julgado adequado para
obtenção do Título de "Licenciado" e aprovado em sua forma final pelo
Curso de Graduação em Ciências Sociais.

Florianópolis, 02 de agosto de 2022.



Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.

Coordenador do Curso

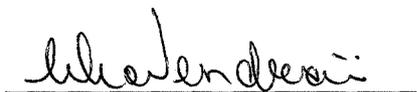
Banca Examinadora:



Prof. Nise Maria Tavares Jinkings, Dra.

Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Célia Regina Vendramini, Dra.

Coorientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Antônio Alberto Brunetta, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Mariléia Maria da Silva, Dra.

Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Nascimento, Eron Keoma

Para além da aparência : condições de vida, desafios e perspectiva dos estudantes na EJA em Florianópolis-SC / Eron Keoma Nascimento ; orientador, Nise Maria Tavares Jinkings, coorientador, Célia Regina Vendramini, 2022. 79 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Educação. 3. Trabalho. 4. Reprodução Social. 5. Educação de Jovens e Adultos . I. Jinkings, Nise Maria Tavares. II. Vendramini, Célia Regina . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Ciências Sociais. IV. Título.

Resumo

Com base na compreensão das contradições originadas pelo modo de produção capitalista, onde jovens e adultos necessitam interromper seu percurso escolar devido às necessidades impostas pelas condições de vida material, este trabalho tem como objetivo analisar as condições de reprodução social e as perspectivas futuras relacionadas à escolarização dos estudantes matriculados, em 2022, no Polo Escola Básica Municipal Maria Conceição Nunes, situado no bairro Rio Vermelho, vinculado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) em Florianópolis-SC. Em relação aos objetivos específicos, a pesquisa busca identificar as particularidades no mundo do trabalho na atualidade, compreendendo as correlações entre trabalho e educação, combinada com a análise das particularidades encontradas na EJA. A metodologia utilizada refere-se à revisão bibliográfica de obras que tratam de temáticas relacionadas ao modo de produção capitalista, à reprodução social da força de trabalho e à educação, as quais referenciam a realização de grupo focal, a aplicação de questionários e a análise qualitativa e quantitativa dos dados disponibilizados pelas fichas de matrícula dos estudantes da EJA, coletados por meio de pesquisa prévia realizada no Núcleo de estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT). Os resultados encontrados demonstram que os estudantes que acessam a EJA são majoritariamente jovens, migrantes e com frequência inseridos em relações de trabalho precárias, que possuem um horizonte de esperança guiado pela educação, porém, esbarram nas contradições presentes na conjuntura atual.

Palavras-chave: Educação; Trabalho; Reprodução social; Educação de Jovens e Adultos.

Abstract

Based on the comprehension of the contradictions originated by the capitalist mode of production, where young people and adults need to interrupt their school career due to the demands imposed by the material life conditions, this work aims to analyze the conditions of social reproduction and future perspectives related to the schooling of students registered in 2022, in the *Polo Escola Básica Municipal Maria Conceição Nunes* (municipal public school), located in the Rio Vermelho district, linked to Youth and Adult Education (*EJA*) in Florianópolis-SC. Regarding the specific goals, this research seeks to identify the current particularities in the world of work, understanding the correlations between work and education, combined with the analysis of the particularities found in the *EJA*. The used methodology refers to the bibliography review of works that deal with themes related to the capitalist mode of production, the social reproduction of the workforce and education, which refer to the realization of a focal group, questionnaires application and qualitative and quantitative analysis of the data provided by the enrollment forms of *EJA* students, collected through previous research carried out by the study group *Núcleo de estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho (TMT)*. The found results show that students who access *EJA* are mostly young, migrants and often inserted in precarious work relationships, who have a horizon of hope guided by education, however, they come across against the contradictions present in the current conjuncture.

Keywords: Education; Work; Social Reproduction; Youth and Adult Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA DIANTE DOS PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	10
2.1 Expropriação e acumulação: os pilares da reprodução social do trabalho sob o capital	11
2.2. Exploração flexível: Os dilemas da reprodução social na atualidade.....	19
3. EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA.....	26
3.1. As perspectivas educacionais do capital para os trabalhadores	27
3.2. Educação de jovens e adultos no Brasil: relações históricas com o mundo do trabalho	31
3.3. Desafios para a consolidação da EJA no Brasil atual	34
4. A EJA EM FLORIANÓPOLIS: PARTICULARIDADES E DESAFIOS.....	41
4.1. Estrutura, funcionamento e o perfil dos estudantes da EJA em Florianópolis- SC	42
4.2. Particularidades da EJA no polo do bairro Rio Vermelho, Florianópolis-SC	50
4.3. A pesquisa vai a campo: realização do grupo focal e aplicação de questionários	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS.....	72
APÊNDICE A – Roteiro para o grupo focal	77
APÊNDICE B – Questionário para o 2º segmento da EJA Rio Vermelho	78

1. INTRODUÇÃO

A realidade concreta existente no cotidiano das escolas brasileiras é composta por múltiplas determinações, considerando o contexto local e as políticas nacionais, o público atendido, as condições de trabalho e estudo dos professores e estudantes e as particularidades de cada modalidade de ensino. Em síntese, a educação reflete as contradições presentes na sociedade como um todo. Inseridos no panorama de profundas desigualdades sociais, ausente de estabilidade no emprego e com constante aumento do custo de vida, muitos dos jovens e adultos têm seu acesso à educação restringido, sendo levados a interromper seu percurso escolar para auxiliar no sustento da casa ou, em outros casos, para migrar em busca de emprego. Podemos observar que a condição de trabalhador-estudante corresponde a partes cada vez mais consideráveis do contingente de estudantes, especialmente da rede pública de educação. Neste cenário, a Educação de Jovens e Adultos tem como público o trabalhador-estudante, aquele que, em determinado momento de sua trajetória escolar precisou priorizar o trabalho e interrompeu o curso de sua formação. Portanto, a composição do quadro de discentes da EJA tende a refletir as condições de vida de uma parcela importante da classe trabalhadora, imersa nas mudanças recentes ocorridas nas formas de funcionamento das relações produtivas e laborais.

As relações de produção na sociedade capitalista são marcadas historicamente por ciclos de acumulação, crise e reestruturação produtiva, os quais alteram profundamente a totalidade das relações sociais e do modo de vida dos trabalhadores. Da acumulação primitiva ao colonialismo, a expropriação e conseqüente exploração e dominação sempre se fizeram presentes nas relações capitalistas, portanto, a compreensão do funcionamento dos mecanismos que operam o capitalismo representa a chave para a compreensão das transformações atuais. Dentro dessa lógica, ao analisarmos o fim da predominância do fordismo-keynesianismo enquanto forma de gerir a esfera produtiva, social e política nos países centrais, compreendemos o modelo de

acumulação flexível pautado pelos princípios do neoliberalismo, que começou a ser gestado e implantado nas duas últimas décadas do século XX (HARVEY, 1992).

Na esteira dessas transformações, as contradições presentes no capitalismo das duas primeiras décadas do século XXI se desenvolvem de forma cada vez mais dinâmica, traduzidas nas mudanças estruturais ocorridas especialmente no mundo do trabalho, que por sua vez, são aprofundadas pelo uso das novas tecnologias digitais. Segundo o sociólogo Ricardo Antunes (2018, p. 32), está em curso um processo de precarização estrutural da força de trabalho, onde direitos trabalhistas básicos estão sendo expropriados, levando à predominância do trabalho intermitente e à ampliação da exploração com o auxílio das tecnologias de informação. Este processo complementa a expropriação primária desempenhada no bojo do nascimento do capitalismo, na já citada acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 785), a qual separou o trabalhador de seu meio de produção e de subsistência, como suas terras, e caracteriza-se como expropriação secundária, onde se priva o trabalhador do acesso público a direitos básicos como saúde, educação, assistência social, saneamento, cultura e lazer (FONTES, 2010) ¹.

Os custos da reprodução social da força de trabalho recaem integralmente sobre os ombros dos trabalhadores. De acordo com Harvey, compreende-se que a reprodução das condições sociais dominantes está atrelada de forma contraditória e intrínseca à reprodução social da força de trabalho (2016, p. 169), portanto, para atender a essa dinâmica, é necessário que a vida dos trabalhadores esteja submetida às necessidades do capital. Essas necessidades exigem que o proletário esteja permanentemente disponível para vender sua força de trabalho, a todo o momento e em qualquer lugar, deixando as outras dimensões da sua vida em segundo plano, como é o caso dos estudos,

¹ De acordo com a historiadora Virgínia Fontes (2010), existem dois processos de expropriação na sociedade capitalista. A expropriação primária refere-se ao processo de separação do trabalhador dos seus meios de produção, como por exemplo, a expropriação de terras dos camponeses. O processo de expropriação secundária refere-se à restrição no acesso aos serviços públicos essenciais para a manutenção da vida social, como educação, saúde, seguridade social, cultura, etc.

fragmentando dessa forma seu percurso de ensino-aprendizagem no âmbito escolar.

Nesse sentido, emerge a necessidade de compreender a situação em que se encontram os estudantes da Educação de Jovens e Adultos, pois esta modalidade se configura como principal alternativa para a retomada dos estudos interrompidos. Desse modo, as condições de vida desse grupo serão pautadas como representação da singularidade, como o fragmento abstrato da diversidade que compõe uma unidade, enquanto as transformações no mundo do trabalho correspondem aos elementos concretos, derivados da síntese dessas múltiplas determinações (MARX, 2011, p. 77-78).

Portanto, por meio de revisão bibliográfica, foram debatidos os mecanismos de expropriação e acumulação no berço de nascimento do capitalismo, a reprodução social da classe trabalhadora na atualidade e a história da educação de jovens e adultos enquanto modalidade de ensino no Brasil. Em relação aos procedimentos metodológicos da pesquisa, a análise foi pautada pelo levantamento de dados de fichas de matrícula, realização de grupo focal e aplicação de questionários, a fim de compreender, enquanto objeto de pesquisa, as condições de vida, as motivações do acesso à modalidade e as perspectivas referentes à escolarização dos estudantes da EJA no Polo EBM Maria Conceição Nunes, situado no bairro do Rio Vermelho, em Florianópolis.

2. A REPRODUÇÃO SOCIAL DA CLASSE TRABALHADORA DIANTE DOS PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

As contradições presentes na vida do trabalhador sob o modo de produção capitalista têm seu início no processo de expropriação, onde é separado dos seus meios de produção e subsistência encontrando-se, forçadamente, à disposição do capital para atender as demandas econômicas da indústria nascente. Esse processo é uma das chaves para compreender a reprodução social da força de trabalho como uma totalidade, tendo em vista que, além de garantir a manutenção de suas condições de vida, o trabalhador efetua

a reprodução das condições sociais estabelecidas. Nesse sentido, o processo de acumulação pautado pelo capitalismo, historicamente e nos dias atuais, possui um mecanismo central que necessita da submissão integral da vida dos trabalhadores para assegurar seu funcionamento, o que acaba por impactar diretamente no seu acesso a direitos básicos, particularmente o acesso à educação, ocasionando a interrupção de seu percurso junto a escola. Portanto, este capítulo buscará compreender a forma de operação dos processos de expropriação e acumulação, seus desdobramentos na reprodução da força de trabalho na atualidade, em especial, a interrupção e a perspectiva de retomada da trajetória através da educação de jovens e adultos.

2.1 Expropriação e acumulação: os pilares da reprodução social do trabalho sob o capital

A ascensão do modo de produção capitalista, e sua posterior consolidação, provocaram profundas mudanças em todas as esferas da vida em sociedade. Economia, sistema político, cultura, ciência, costumes, enfim, todo o modo de vida dos trabalhadores foi se transformando, no decorrer de um caminho tortuoso e contraditório. O conjunto de relações sociais que outrora deram sustentação aos pilares do modo de produção feudal foram, pouco a pouco, substituídas pelo sistema capitalista, tendo como ponto de partida para seu funcionamento a separação do trabalhador dos meios de produção da vida material. A expropriação de terras, antes pertencentes à Igreja ou à Coroa, as quais possuíam usufruto coletivo, foi o mecanismo essencial para acumulação de riquezas nas mãos da classe burguesa e, conjuntamente, para submissão dos trabalhadores ao novo modo de produção nascente. Longe de ser um processo uniforme, planejado e pacífico, a decadência do feudalismo enquanto sistema dominante ocorre gradualmente, de modo contínuo, apresentando diferentes formatos, de acordo com as particularidades e o contexto histórico-social de cada região.

Apesar das diversas formas apresentadas, o conteúdo dessas transformações apontava para a mesma direção, onde o poder político da

monarquia e do clero, com suas imensas propriedades comunais, foi suplantado pelo poder da burguesia ascendente, estabelecendo a predominância da propriedade privada dos meios de produção como determinante para girar a engrenagem das relações econômicas. Anteriormente, o feudalismo caracterizava-se pela partilha do solo entre o maior número de vassalos possível, pois o domínio do senhor feudal era baseado no número de súditos, e este, por sua vez, dependia da quantidade de produtores rurais economicamente autônomos, os quais produziam em suas terras e nas propriedades comunais (MARX, 2013, p. 789). Contudo, sob o jugo do capitalismo, dinheiro e mercadoria precisam ser transformados em capital. Esse processo ocorre em determinadas condições históricas, onde é necessária a existência de uma classe social possuidora de dinheiro, meios de produção e de subsistência, que busca a constante valorização das quantias de valor que dispõe, através da compra da força de trabalho, e, de outro lado, uma classe social que vende a sua própria força de trabalho, ou seja, “vendedores de trabalho” (MARX, 2013, p. 786).

Com a expulsão de suas terras, os trabalhadores expropriados não foram absorvidos de imediato pela indústria nascente e, desta forma, muitos foram convertidos em desempregados, empurrados para a mendicância e a criminalidade, devido às circunstâncias. Tem-se início as leis contra a “vagabundagem”, que responsabiliza individualmente o trabalhador pela ausência das condições necessárias para sua sobrevivência. Esse conjunto de leis permitia a tortura, prisão, escravidão e até mesmo morte daqueles que fossem denunciados como “vagabundos” ou “desocupados”. O trabalhador rural, artesão e tecelão foram obrigados a adaptarem-se ao regime de assalariamento, seja pela expropriação de sua fonte de recursos materiais, ou pelas leis que marcaram a ferro e fogo a imposição do capital sobre o trabalho. Apesar de apresentar-se historicamente como uma relação livre, de compra e venda da força de trabalho, onde, de modo aparente, as condições de negociação entre patrão e empregado estão em pé de igualdade, o capitalismo possui em sua essência as mais violentas formas de dominação do proletariado, como revelou o processo de acumulação primitiva.

A submissão do trabalhador ao capital não pode se configurar como uma simples escolha individual, pautada no livre arbítrio, mas sim, como uma complexa conjunção de fatores estruturais que foram moldados por meio do conflito político entre classes sociais antagônicas. Para a consolidação das bases do modo de produção capitalista, uma massa de trabalhadores, após serem expropriadas, encontrava-se integralmente livre, sendo forçada a se inserir no mercado de trabalho nascente. Além da expropriação dos meios de produção, foram expropriados os meios de subsistência dos trabalhadores rurais. Os camponeses que antes produziam a alimentação necessária para si, para sua família e para o senhor feudal, passaram a adquirir os meios alimentares do capitalista sob a forma de salário. Ao precisar comprar os alimentos e mercadorias dos grandes capitalistas, o consumo e a produção doméstica são suplantados pela produção em larga escala, fomentando as bases do mercado interno, a partir dessa ruptura entre a agricultura e a indústria doméstica rural (MARX, 2013, p. 818). Nesse contexto, forma-se uma imensa massa de migrantes, composta de trabalhadores sem acesso à terra e moradia, que são obrigados a se deslocar em massa para os centros urbanos industriais em formação.

O processo de acumulação primitiva no período pré-capitalista fomentou as bases para a reprodução do capital. Com a expropriação do trabalhador de seu meio de produção, a manutenção das suas condições de vida passa a ficar completamente submetida aos interesses do capitalista. Essa submissão não ocorre somente no processo de venda da força de trabalho, mas em todo o ciclo de reprodução social do proletário e de sua família. O consumo de mercadorias, as relações pessoais, o acesso à saúde e educação, todos esses elementos ficam sob a tutela do grande capital, cujo único objetivo é acumular o fruto do trabalho excedente na forma de mais-valia tendo o menor gasto possível, mesmo que isso seja feito à custa da exploração de milhares de pessoas.

Mas, apesar de a reprodução social da força de trabalho sob o capitalismo não iniciar na fábrica e, tampouco, terminar ao fim das cansativas jornadas de trabalho, conforme mencionado anteriormente, o desenvolvimento tecnológico

da maquinaria e da grande indústria representa parte fundamental para esta reprodução. O desenvolvimento da maquinaria tem por objetivo baratear a produção de mercadorias e encurtar a parte da jornada que o trabalhador produz o trabalho necessário para a sua subsistência, aumentando assim o tempo de trabalho excedente, onde é produzida a quantidade de valor apropriada pelo capitalista. Nesse sentido, quanto mais desenvolvida a maquinaria, maior é o consumo da força de trabalho e, por consequência, maior é o dispêndio de energia do trabalhador, que necessitará posteriormente de mais recursos para manter-se ativo diante do ritmo da produção. O trabalhador precisa consumir em maior quantidade, mas o seu salário geralmente não acompanha suas necessidades reais e de sua família. Em médio e longo prazo, o operário é afetado por problemas de saúde decorrentes do desgaste no consumo de sua força de trabalho, o que vai minando a capacidade de reproduzir sua força de trabalho.

A maquinaria desenvolvida, nos primórdios do capitalismo, era composta por três partes principais: máquina motriz, o mecanismo de transmissão e a máquina de trabalho/máquina-ferramenta. A máquina motriz consiste na força, autogerada ou externa, que proporciona o funcionamento da maquinaria como um todo. O mecanismo de transmissão, por sua vez, é representado pelas engrenagens e, por fim, a máquina-ferramenta, que se apodera do objeto de trabalho e o transforma na mercadoria final (MARX, 2013, p. 448-449). Nesta relação, a problemática central está contida nas relações entre o homem e o trabalho, onde o homem torna-se apenas uma força motriz no processo de funcionamento da maquinaria, um apêndice como qualquer outro mecanismo. Demonstra-se nesse aspecto, o caráter alienado do trabalho, conforme aponta Bogdan Suchodolski (1979). Há desenvolvimento das forças produtivas, o qual não é acompanhado pelo desenvolvimento humano. Em uma ponta, alto desenvolvimento tecnológico para aumentar a produção, na outra, o trabalhador executa funções cada vez mais simples e repetitivas. O trabalho repetitivo e desgastante não apresenta sentido para quem o desempenha e o resultado de sua produção não está a seu alcance.

Na manufatura o processo social do trabalho era subjetivo, fundado na combinação de trabalhadores parciais, contendo características da individualidade de cada artesão, onde era demonstrado certo controle sobre o processo de produção. No sistema de maquinaria, a grande indústria representa um organismo de produção objetivo, dado aos trabalhadores, o qual substitui a força humana por forças naturais e transfere o controle do tempo e do ritmo para as mãos do proprietário dos meios de produção. (MARX, 2013, p. 459). Desse modo, podemos concluir que o desenvolvimento da maquinaria representa um mecanismo avançado de reprodução do capital e conseqüentemente da força de trabalho, tendo em vista que substitui o trabalho humano bruto, tem a capacidade de criar outras máquinas e amplia o ritmo da produção e, por conseqüência, a geração de mais-valia por parte do trabalhador.

A maquinaria representa a superação do trabalho individual e a consolidação da produção social e universal, totalmente interligada, e de caráter generalista. Deste modo, a totalidade das relações sociais é modificada, com ritmos ditados pelos interesses do capital. Traçando um paralelo com a educação, por exemplo, a escola moderna é organizada dessa mesma forma: conhecimentos universais, generalistas, não aprofundados e carentes de conteúdo concreto, que servem como base para preparar as gerações para o modo de produção vigente. Sua implantação causou dois efeitos imediatos, na substituição da força de trabalho humana por máquinas e no barateamento dessa força de trabalho, através da intensificação do ritmo da jornada.

Além de aumentar o campo de exploração (mais pessoas para explorar entre homens, mulheres e crianças), a maquinaria aumentou também o grau de exploração, com a elevação do nível de extração de mais-valia relativa. Nesse sentido, o desenvolvimento tecnológico deste ramo promoveu mudanças profundas nas relações familiares. A rotina cotidiana, as horas de sono, o consumo de alimentos, o tempo dos pais com os filhos, as relações culturais, o lazer e a preparação para a vida adulta foram afetados. O trabalho doméstico reprodutivo passa a ficar cada vez mais centralizado nas mulheres, as crianças são preparadas desde cedo para o ingresso na indústria, enquanto jovens,

adultos e idosos enfrentam jornadas de trabalho extenuantes de até 16 horas diárias. De modo contraditório, com a introdução de toda a família na esfera produtiva, de forma direta ou indireta, a renda familiar aumenta aparentemente, mas também aumentam os gastos com a reprodução social, passando uma falsa impressão de crescimento de arrecadação financeira. A acumulação alimenta os grandes capitalistas na mesma medida em que os trabalhadores são empobrecidos.

Dependentes da oferta de empregos na indústria e em setores relacionados, massas cada vez maiores de trabalhadores precisam se deslocar territorialmente em busca da manutenção de sua subsistência, intensificando os fluxos migratórios principalmente no sentido campo-cidade. Esse grande contingente compõe o chamado exército industrial de reserva, o qual corresponde ao conjunto de trabalhadores excedentes prontamente disponível às necessidades de expansão e retração do capital. Conforme aponta Karl Marx, em sua obra *O Capital*:

Mas se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ele fornece suas necessidades variáveis de valorização do material humano sempre pronto para ser expropriado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 707).

A formação dos grandes centros urbanos ocorre como resultado do processo de acumulação e expropriação. Concentrando toda a vida econômica, as cidades industriais tornaram-se redutos de populosos bairros operários, onde as condições de vida eram tão ou mais precárias do que no chão de fábrica. Nesses locais, a crescente demanda ocasionou o aumento do custo de vida e o encarecimento dos alimentos diante dos baixos salários dos operários. O acesso à saúde pública, saneamento, habitação, educação e alimentação de qualidade eram inexistentes, conforme constatou Friedrich Engels em sua obra *“A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”*, altos preços de aluguel eram cobrados para habitar em moradias sub-humanas. Com as condições precárias, o

adocimento dos operários tornava-se precoce e não possuía o respaldo de políticas públicas para a seguridade social. O desprezo das classes dominantes e do Estado burguês evidencia a forma como esse conjunto de trabalhadores era tratado, como uma população supérflua e descartável, com a única serventia sendo a sua força de trabalho.

Este grande contingente é definido por Marx (2013) como uma superpopulação relativa, que pode ser dividida em três segmentos principais: flutuante, latente e estagnada. A superpopulação flutuante está relacionada à grande indústria, corresponde a massa de trabalhadores disponíveis para as necessidades de ampliação (ou retração) do capitalismo industrial, migrando de acordo com os passos do capital (p. 716). O consumo da força de trabalho vai sendo restringido por idade, sexo etc. Atualmente é composta por profissionais especializados e qualificados, ligados aos setores mais desenvolvidos da indústria, com oferta de trabalho relativamente baixa. Na sequência, a superpopulação latente representa a massa de trabalhadores rurais que está em constante fluxo para as cidades, na medida em que a produção capitalista se apodera da agricultura e acaba ocasionando a diminuição da demanda pela força de trabalho no campo (p. 717). Foi o que ocorreu no Brasil nos anos de 1960 e 1970, onde a chamada “Revolução Verde” acelerou o processo de mecanização da produção rural, o que ocasionou intensas migrações campo-cidade, concretizadas principalmente na região Sudeste. Por fim, Marx expressa a terceira categoria, da superpopulação estagnada, a qual é composta por parte do exército ativo de trabalhadores com ocupações irregulares, que está permanentemente disposta a receber a menor remuneração oferecida devido às condições de precarização e pauperismo em que se encontra (p. 718). Em outro paralelo com a atualidade, é o segmento que possui maior presença nos moldes do capitalismo contemporâneo, do qual os principais exemplos são os trabalhadores de aplicativos (entregadores, motoristas etc.) e os trabalhadores terceirizados, principalmente aqueles ligados ao setor de serviços.

Devido à forma de acumulação que opera sob o capitalismo, sempre haverá uma quantidade maior de trabalhadores disponíveis do que o capital

necessita para se reproduzir, pois: “Em sentido capitalista, portanto, o crescimento dos meios de produção e da produtividade do trabalho num ritmo mais acelerado do que o da população produtiva se expressa invertidamente no fato de que a população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de valorização do capital” (MARX, 2013, p. 720). Desse modo, podemos constatar o caráter contraditório e desigual das leis gerais de acumulação, pelas quais quanto mais a riqueza e o capital são acumulados, mais pauperismo e miséria atingem os trabalhadores, tendo em vista o crescimento concomitante da produtividade e do desemprego.

Em sentido amplo, o funcionamento das engrenagens que giram a economia pressupõe uma população para o capital, estabelecida a partir da expropriação, ou seja, a separação do trabalhador dos meios de subsistência, colocando-o inteiramente à disposição do modo de produção. A reprodução da população está intrinsecamente ligada ao modo de produção econômico, e esta, por sua vez, ao se reproduzir, reproduz também todo o conjunto de relações dominantes, conforme aponta o sociólogo Francisco de Oliveira em seu artigo “*A Produção dos Homens: Notas sobre a reprodução da população sob o capital*” (1976). O trabalhador, além de garantir o funcionamento do capital, e por consequência, da classe capitalista, deve também assegurar as garantias para a manutenção de sua força de trabalho. Ou seja, a classe trabalhadora é responsável pela sua sobrevivência e, ao mesmo tempo, garante a existência da classe dominante e a continuidade do sistema, uma vez que a fertilidade deve ser compreendida como um componente do custo de reprodução da força de trabalho (OLIVEIRA, 1976, p. 11).

A complexidade que compõe a manutenção da força de trabalho deve ser compreendida em duas esferas: no âmbito da produção de mercadorias e no âmbito da reprodução social, a qual ocorre no trabalho e fora dele (no âmbito da família, das instituições públicas e também dos serviços que vêm sendo privatizados). Sob o capital, a produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado, onde a força de trabalho constitui-se

enquanto mercadoria especial, requisitada pelo capitalista para iniciar o ciclo produtivo e manter o sistema em funcionamento.

Contudo, os custos para a reprodução da mercadoria “força de trabalho”, mesmo sendo essenciais para as engrenagens do sistema, são delegados somente ao trabalhador e sua família. A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados: 1- Atividades que regeneram os trabalhadores fora do processo de produção e que lhes permitem retornar a ele, como alimentação, higiene, sono, além dos cuidados psíquicos; 2- Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção – os futuros e antigos trabalhadores, como crianças, idosos ou pessoas fora do mercado de trabalho por conta da saúde ou alguma deficiência; 3- Reprodução, literal, de novos trabalhadores, ou seja, dar à luz a novos trabalhadores. (BHATACHARYA, 2019, p. 103). Os processos citados ocorrem de forma não paga, sem ônus para o capital, com as custas recaindo sobre os ombros dos trabalhadores.

O capital representa a dominação de todas as esferas da vida em sociedade, desde o condicionamento da população ao processo de acumulação até a imposição de seus interesses sobre a família, a educação e o tempo livre do trabalhador. Logo, podemos constatar que a reprodução social da força de trabalho compreende uma totalidade, composta pela unidade de interesses conflitantes presentes na reprodução do capital e na reprodução da vida da classe trabalhadora. Este modus operandi, onde a reprodução social está submetida ao capital, perpetua-se até a atualidade apresentando formas aparentemente distintas, mas com a mesma essência contraditória, excludente e desigual.

2.2. Exploração flexível: Os dilemas da reprodução social na atualidade

A compreensão das relações entre escolarização e reprodução social perpassa pelo entendimento das contradições originadas no cerne do modo de

produção capitalista, conforme apontado anteriormente, articulando desta forma categorias históricas com elementos da vida cotidiana, de forma a identificar o movimento que configura esse processo. Para tanto, os componentes históricos são essenciais para fundamentar as discussões sobre as transformações do capitalismo contemporâneo, pois as bases de sustentação do modo de produção apresentam as mesmas leis gerais em sua essência, ainda que sua aparência tenha passado por metamorfoses. Dessa forma, os principais aspectos das relações sociais, em sua totalidade, englobam mecanismos do passado e suas versões atualizadas, como os processos de expropriação, o desenvolvimento da maquinaria, a reprodução da superpopulação relativa e, em última instância, a acumulação de capital baseada na exploração da força de trabalho. A análise destas múltiplas determinações pretende dar suporte na construção de um breve diagnóstico, que tem como objetivo traçar paralelos entre as profundas contradições do capitalismo e as condições de vida dos trabalhadores na atualidade.

De acordo com David Harvey, entende-se que a reprodução das condições sociais dominantes está vinculada intrinsecamente à reprodução social da força de trabalho (2016, p. 169). As estruturas do capital são, portanto, reproduzidas pelo trabalhador e, simultaneamente, influem de forma direta nas suas condições de vida, em uma relação dialética permeada de contradições. Porém, as classes dominantes nem sempre se atentaram para a vida do trabalhador fora das empresas. Essa transformação foi decorrente do estabelecimento do fordismo como forma organizativa da produção, sobretudo industrial, e como modelo de acumulação de capital. Operando em conjunto com os pressupostos econômicos keynesianos – que preconizam a intervenção do Estado para assegurar, supostamente, o pleno emprego e o bom funcionamento do capitalismo – o fordismo² combinou a racionalização da produção em larga escala com o disciplinamento da vida social, política e cultural do operário, para

² Forma de organizar o sistema de produção industrial elaborada pelo capitalista Henry Ford. Pautava a racionalização do processo produtivo e do consumo, desde a linha de montagem até a vida do trabalhador fora da fábrica, alicerçado sobre a produção e o consumo de mercadorias em massa.

além do chão da fábrica (GRAMSCI, 2008). A ascensão do fordismo-keynesianismo no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, proporcionou, portanto, acentuadas transformações nas condições de vida dos trabalhadores nos países de capitalismo avançado, particularmente nos Estados Unidos, uma vez que reorganizou o sistema produtivo e transferiu parte dos lucros das grandes empresas ao salário dos trabalhadores, em locais onde havia forte organização sindical e mobilização política, conduzindo uma espécie de “pacificação” do ambiente de trabalho, o aumento do consumo de mercadorias e serviços e, por consequência, aquecendo o mercado interno. A vida do trabalhador não foi alterada apenas em seu local de trabalho, mas, novamente, no âmbito de todas as relações sociais e familiares, no acesso à educação, cultura e lazer.

A derrocada do modelo fordista-keynesiano tem seu início a partir da crise econômica originada nos anos de 1970, em decorrência da escassez e alta de preços do petróleo, ocasionando a ascensão da ideologia neoliberal nos anos 1980, com seu auge na década seguinte, em 1990, na esteira da dissolução da União Soviética e do bloco socialista no leste europeu. Pautado no desmonte de parte do aparato estatal, no *laissez-faire* e na economia de livre-mercado, e municiado com os pressupostos teóricos da Escola Austríaca e da Escola de Chicago, o neoliberalismo constitui-se como base para o processo de financeirização do capital que segue em curso até o presente momento. O advento do neoliberalismo no Brasil na década de 1990, portanto, contou com a imposição de novos padrões produtivos por parte de empresas transnacionais, que adotaram o modelo toyotista de produção pautado pela flexibilização, conjuntamente com a adequação das empresas nacionais aos novos ritmos produtivos. Isso devido à demanda da competitividade internacional e aos processos de reorganização da estrutura organizativa empresarial do país, como resposta ao avanço das mobilizações do movimento sindical, iniciadas ao fim da década de 1970 (ANTUNES, 2018, p. 118).

Os fundamentos dessa nova fase do capitalismo caracterizam-se pela fusão de elementos do fordismo, que ainda marcam presença na esfera

produtiva, com os novos elementos pautados pela forma flexível de gestar a acumulação de capital. Dessa forma, o capital necessita da busca por mais tecnologia, ampliação da qualificação da força de trabalho e intensificação da exploração sobre o trabalhador. De acordo com o sociólogo Ricardo Antunes (2018, p. 155), a acumulação flexível é sustentada pelos seguintes pilares: 1- Produção vinculada à demanda, diferente da produção em massa do fordismo; 2- Trabalho em equipe multifuncional, onde cada trabalhador pode exercer mais de uma função; 3- Processo produtivo flexível, onde o trabalhador pode operar mais de uma máquina de forma simultânea; 4- *Just-in-time*, produção de acordo com a demanda, sem utilização de estoques; 5- Sistema *kanban* (dispositivo que atua na reposição de produtos); 6- Estrutura horizontalizada, com a fábrica toyotista sendo responsável por apenas 25% da produção, com o restante terceirizado; 7- Círculos de controle de qualidade, visando o aumento da produtividade das empresas.

Com este novo pano de fundo, aumentam as dificuldades de reprodução social dos trabalhadores, tendo em vista a desintegração das políticas de bem-estar social onde elas foram estabelecidas, a redução de direitos trabalhistas e as dificuldades de acesso à saúde, assistência e seguridade social, antes fornecidas pelo Estado. Esse contexto compõe a nova roupagem da expropriação, a qual será abordada na sequência.

Conforme citado anteriormente, o capitalismo passa por metamorfoses, mas mantém elementos de sua base histórica. O processo de expropriação ocorre em duas frentes. A expropriação primária, parte constitutiva do nascimento do capitalismo, pela qual o campesinato é expulso de suas terras, ou até mesmo ludibriado e convencido a deixá-las, rumo aos centros urbanos e industriais. Este primeiro processo ocorre no berço do capital e se estende até os dias de hoje, de forma mais aprofundada, fundindo-se ao processo de expropriação secundária, característico dos dias atuais, o qual se expressa na retirada de direitos sociais, desmonte dos serviços públicos e subtração de direitos coletivos. Esse processo disponibiliza integralmente os trabalhadores para as necessidades do mercado e delega ao trabalhador, de forma individual,

toda responsabilidade pelos custos advindos da manutenção de sua capacidade de trabalho (FONTES, 2012, p. 44).

Desse modo, a expropriação deve ser compreendida enquanto um processo permanente, essencial para a manutenção e continuidade da acumulação de capital. Corriqueiramente, este processo é visto como acontecimento histórico, datado, preso a um passado remoto, distante do capitalismo atual, pretensamente civilizado. Contudo, sendo este o ponto de partida para a consolidação das bases sociais do capital, em especial a venda da força de trabalho, sua manutenção é fundamental para o funcionamento do sistema. As velhas e as novas formas de dominação não se contradizem, elas são combinadas, coexistem pacificamente e se retroalimentam, como uma simbiose. De acordo com Virgínia Fontes:

Ora, a condição social para a extração do mais-valor não pode se limitar a um momento prévio ou anterior ao pleno domínio do capital, embora seja correto dizer que a plena expansão do mercado pressuponha populações extensamente expropriadas. As expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista. (FONTES, 2012, p. 45).

As novas formas de expropriação demonstram que, para manter o ritmo da produção de capital sob a forma da acumulação flexível, é necessário que cada vez mais parcelas da população se tornem disponíveis ao mercado. Estas expropriações, caracterizadas como secundárias, não compreendem necessariamente a expulsão da terra e dos meios de subsistência, tendo em vista que elas também incidem sobre o trabalhador urbano, o qual já foi separado dos meios de produção da sua sobrevivência. Este processo contemporâneo converte-se em uma nova e intensa forma de disponibilizar integralmente o trabalhador às necessidades mercantis, através da retirada de direitos sociais básicos (FONTES, 2012, pg. 54-55). Os elementos centrais da expropriação contemporânea englobam a tendência à exploração da força de trabalho com ausência de vínculos que geram direitos (trabalho por peça, *uberização*, discurso empreendedor e *Pjtização*); a quebra da resistência tradicional dos trabalhadores, por meio do enfraquecimento dos sindicatos e da

desterritorialização do capital; e a precarização, flexibilização e demais formas de segmentação da classe trabalhadora enquanto entidade coletiva, com uso ostensivo de novas tecnologias nesse processo (Idem, pg. 58).

A forma atual de acumulação flexibilizada necessita de um novo papel do Estado capitalista. Com o aumento da massa de trabalhadores disponíveis, os estados capitalistas realizaram um duplo movimento: reduziram sua intervenção na reprodução da força de trabalho empregada – através de cortes nos recursos públicos destinados à proteção do trabalhador e transferência desses recursos para contenção de crises e expansão do capital em âmbito internacional – ampliando assim a contenção da massa de trabalhadores desempregados, preparando-os para a subordinação direta ao capital. Este movimento torna evidente o duplo caráter da centralização direta e externa do controle capitalista sobre os trabalhadores, aliado à descentralização do processo de trabalho, por intermédio do uso de plataformas digitais e aplicativos (FONTES, 2017, p. 45). Conforme o capitalismo se expande, as relações e condições de trabalho, as formas de remuneração e a jornada de trabalho assumem formas diferenciadas, transformando sua aparência para encobrir as contradições cada vez mais evidentes.

Logo, com a intensificação da expropriação secundária, em especial, a expropriação dos contratos de trabalho, as formas de subordinação já existentes, porém marginalizadas, passaram a predominar no mundo do trabalho: salário por peça³, trabalho a domicílio (*home office*), estágios, regime de PJ e terceirizações. Está em curso um processo de subordinação direta do trabalhador ao capital, sem mediação de contratos de emprego (FONTES, 2017, p. 52). As classes dominantes atuam buscando formas de concretizar essa expropriação de direitos, de modo a assegurar formas de extração de valor em larga escala por meio de plataformas de tecnologia digital, como é o caso da Uber: uma empresa que não possui propriedade direta sobre os meios de

³De acordo com Karl Marx “o salário por peça não é senão uma forma modificada do salário por tempo” (2013, p. 621), onde o salário é calculado com base na quantidade de peças produzidas, em oposição ao cálculo baseado na jornada por horas trabalhadas.

produção (como os carros e celulares), mas conecta estes meios com a força de trabalho e o mercado consumidor, contudo, sem a necessidade de gerar vínculos empregatícios (Idem, p. 56).

Exemplo disso, no Brasil, foi a aprovação da recente (contra)reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) que ampliou a flexibilização dos vínculos empregatícios, as jornadas intermitentes e as terceirizações, contribuindo para a explosão da informalidade e precariedade no mundo do trabalho no último período. De acordo com as estimativas do IBGE, em janeiro de 2022, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Contínua apontava para um contingente de 38,524 milhões de trabalhadores informais, o que representa cerca de 40,4% do total de trabalhadores ocupados no país⁴. Aliada à reforma da previdência (EC 103/2019), a qual aumentou a idade mínima e o tempo de contribuição necessário para a aposentadoria, o trabalhador encontra um cenário desolador para suas condições de vida, sem empregos com carteira assinada e ausente de perspectivas para aposentar-se. Este quadro intensificou-se na pandemia de COVID-19 que, no ano de 2020, obrigou o país a paralisar as atividades econômicas devido as medidas sanitárias de distanciamento social, como forma de conter a propagação do vírus. Com a explosão do índice de desemprego, que chegou a atingir quase 15 milhões de pessoas⁵, o aumento da precarização do trabalho através da informalidade e o descaso do poder público, que tardou em criar um programa de transferência de renda para população, a reprodução social de grande parcela da classe trabalhadora se viu ameaçada, com mais de 17 milhões⁶ de famílias atingidas pela pobreza extrema.

Por outro lado, as possibilidades de reverter este quadro esbarram em severas dificuldades, uma vez que o movimento sindical vem sendo

⁴Revista Época: Brasil atinge taxa de informalidade de 40,4% no trimestre até janeiro, diz IBGE. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/03/epoca-negocios-brasil-atinge-taxa-de-informalidade-de-404-no-trimestre-ate-janeiro-diz-ibge.html>> Acesso: 07/05/2022.

⁵Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/05/27/brasil-tem-desemprego-de-147-no-tri-ate-marco-diz-ibge.htm>> Acesso: 18/07/2022.

⁶Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-familias-na-extrema-pobreza-salta-118-em-2022/>> Acesso: 18/07/2022.

enfraquecido nas últimas décadas. Isso especialmente em função da dificuldade de organização e formação de sindicatos por parte de trabalhadores dispersos e sem vínculos empregatícios, precarizados, superexplorados, que vivem a informalidade e a intermitência no seu dia a dia de trabalho, dos quais são exemplos emblemáticos os trabalhadores de aplicativos.

O prolongamento do ciclo de reprodução social do trabalhador, seja pelo aumento da jornada diária, pela idade precoce no início da vida laboral e/ou pela extensão dos anos trabalhados, serve ao capital para estender a vida útil da mercadoria força de trabalho e, conseqüentemente, retirar até a última gota de suor do trabalho excedente. Como resultado, são ampliadas as contradições entre capital e trabalho e seus reflexos nas condições de vida do trabalhador e de sua família, expressos na tentativa de conciliar o trabalho com a educação escolar, somadas à constante migração entre as diferentes cidades e estados, ocasionam a interrupção da trajetória educacional de jovens e adultos de forma recorrente, pois a escola permanece em segundo plano frente à necessidade concreta de priorizar o seu sustento.

O processo que compreende a reprodução social do trabalhador, portanto, abrange múltiplos fatores, como expropriação, acumulação, migração forçada e exploração da força de trabalho, com a educação – no sentido amplo e no âmbito escolar – sendo um de seus componentes centrais. Imerso em contradições, o percurso de ensino e aprendizagem de jovens e adultos é influenciado frontalmente pelas transformações no mundo do trabalho, buscando atender as demandas do capital, adaptando o trabalhador a suas necessidades produtivas nas diversas modalidades presentes no ensino regular, conforme será analisado no capítulo a seguir.

3. EDUCAÇÃO E TRABALHO: UMA RELAÇÃO CONTRADITÓRIA

A educação, sob a perspectiva do capital, sobretudo no ambiente escolar, é compreendida como parte constitutiva e fundamental para a reprodução da força de trabalho e, em última instância, para a manutenção das relações sociais

de produção existentes. Apesar de não atuar diretamente na geração de valor ou na produção de mercadorias, a escola é responsável por moldar e especializar a força de trabalho, adaptando o conjunto de jovens (e também adultos) da classe trabalhadora para as exigências e o ritmo ditado pelo capital. Em diferentes períodos históricos, desde a consolidação do sistema escolar nos moldes atuais, ocorrida no início do Século XX, até a expansão e suposta universalização do ensino na atualidade, o campo educacional esteve em constante disputa entre perspectivas que visam a transformação social ou a manutenção da hegemonia estabelecida, enquanto reflexo da luta de classes, o que evidencia uma relação dialética e contraditória, com recuos e avanços. Nesse sentido, no decorrer do capítulo, a análise estará centrada nos componentes que fazem da educação formal, sobretudo a educação de jovens e adultos, uma importante parte constitutiva da reprodução social dos trabalhadores e da sua força de trabalho.

3.1. As perspectivas educacionais do capital para os trabalhadores

As problemáticas educacionais dentro do sistema capitalista estão presentes em algumas obras de Marx e Engels, como parte constitutiva da hegemonia do capital, não havendo uma obra específica, conforme constatou o educador polonês Bogdan Suchodolski. Logo, compreende-se a pedagogia, e a educação de modo geral, dentro da totalidade das relações sociais e de produção, a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético enquanto ferramenta científica de análise crítica da realidade concreta (SUCHODOLSKI, 1976, p. 41). Dentre os problemas pedagógicos centrais, sendo um ponto crucial para a origem das demais contradições, está a necessidade de superação da alienação por meio da emancipação do ser humano, tendo em vista a separação entre trabalho manual e intelectual (1976, p. 50) e a disseminação da produção intelectual dominante (1976, p. 53), característicos do atual modo de produção capitalista. Conforme aponta o autor:

A educação nas mãos da classe dominante é uma arma, um dos meios mais importantes para conservar o seu domínio e impedir o seu derrube, mantendo a psique humana livre de todas as influências que

surgem pela transformação das forças produtivas. Nesse sentido, a educação apresenta-se como influência destinada a defender os interesses da ordem decadente em franca contradição com a educação que se concebe como verdadeiro processo de produção de novos homens. (SUCHODOLSKI, 1976, p. 95).

O prolongamento da jornada de trabalho e o próprio caráter do trabalho são prejudiciais e limitam o desenvolvimento das capacidades intelectuais dos trabalhadores, por conta de sua reprodução alienada, repetitiva, desgastante, alheia à realidade concreta e as transformações sociais. E, essencialmente, devido à exploração da força de trabalho. Desta forma, o trabalhador, seja intelectual ou manual, é reconhecido pelas classes dominantes apenas como uma mercadoria em meio às relações produtivas (1976, p. 140). Ao ter sua capacidade humana e criativa alienada e descolada da totalidade, acaba por alienar a si mesmo em um processo que se retroalimenta de modo permanente (1976, p. 168), o que evidencia a relação entre o processo de trabalho e o processo educativo, compreendendo ambos os desenvolvimentos históricos de forma atrelada. A eventual superação da alienação e, conseqüentemente, da desumanização do trabalhador presente na sociedade capitalista não se configura, portanto, somente como um problema político ou exclusivamente material, constituindo um problema humanista, e, sobretudo, pedagógico (SUCHODOLSKI, 1976, p. 197).

Fica evidente, nesse aspecto, a dubiedade do trabalho alienado, onde se observa o desenvolvimento máximo das forças produtivas por meio da tecnologia, o qual não é acompanhado pelo desenvolvimento humano, tendo em vista que o proletário é transmutado em apêndice do capital. Novamente, podemos observar o caráter contraditório das relações de produção, onde, em uma ponta, ocorre alto desenvolvimento tecnológico para aumentar a produção e, na outra, o trabalhador executa funções cada vez mais simples e repetitivas. Diferentemente da manufatura, em que o processo social do trabalho é subjetivo (combinação de trabalhadores parciais), contendo características da individualidade do trabalhador e demonstrando certo controle sobre o processo de produção, no sistema de maquinaria, a grande indústria representa um organismo de produção objetivo, imposto aos trabalhadores, o qual substitui a

força humana e as forças naturais (MARX, 2013, p. 459). O controle do tempo e da qualidade, neste caso, é feito pelo proprietário da força de trabalho e dos meios de produção, assegurado pela hegemonia do capital.

O princípio da hegemonia, partindo da concepção do filósofo italiano Antônio Gramsci, pressupõe a existência de uma superestrutura de dominação política, ideológica e cultural da classe dominante sobre a classe trabalhadora. As determinações necessárias para a construção e sustentação da hegemonia compreendem, sobretudo, uma ação educativa, ou seja, uma relação pedagógica. Essa forma de relação pedagógica – a construção da hegemonia – tem como objetivo levar as classes subalternizadas a interiorizarem as concepções de mundo difundidas pela classe dominante, de modo a produzir uma dominação consentida e consensual (RUMMERT, 2007, p. 26). Nesse sentido, as relações pedagógicas devem ser analisadas como conjunto de relações intrínsecas à prática social, por meio da qual o ser humano absorve os valores, costumes, elementos da cultura e demais componentes da visão de mundo dominante em cada realidade social. Portanto, as problemáticas decorrentes da educação escolar, como um todo, não devem ser reduzidas aos aspectos didáticos, mas sim, enquanto contradições culturais e políticas mais amplas, relacionadas à totalidade das relações sociais. (Idem, p. 41).

A atuação do capital sobre a educação dos trabalhadores ocorre na medida em que esta é um reflexo do modo de produção e se molda de acordo com seus interesses, dos quais necessitam adaptar as massas ao seu ritmo, de acordo com a autora:

Destaca, assim, o fato de que para se integrar à determinada forma de organização produtiva, os indivíduos devem, além de criar e/ou adaptar comportamentos motores, elaborar uma nova maneira de pensar que seja intrínseca à sua ação, isto é, construir uma concepção de mundo (cultura) correspondente a essas novas exigências. Para tanto, os novos comportamentos devem ser mediados por um conjunto de representações que convença os indivíduos, que torne o gesto *natural* e supostamente determinado pela *vontade* de quem o realiza. Tais processos de adaptação não se restringem, portanto, à situação de ocupação – seja ela qual for – mas se fazem presentes em todas as instâncias individuais e coletivas da vida, transformadas para dar sustentação a todo um novo ordenamento societário necessário àquela etapa de expansão do Capital. (RUMMERT, 2007, p. 50).

Deste modo, os interesses classistas na educação são fundamentais para a garantia da hegemonia e, por sua vez, do funcionamento do modo de produção vigente. Conforme apontado pelo geógrafo e cientista social David Harvey, compreende-se que a reprodução das condições sociais dominantes está atrelada de forma contraditória e intrínseca à reprodução social da força de trabalho (2016, p. 169), portanto, para atender a dinâmica do capitalismo, é necessário que a vida dos trabalhadores esteja submetida aos interesses do capital, sendo a educação escolar uma das ferramentas usadas para cumprir este objetivo (Idem, p. 171).

Como as relações sociais guardam contradições e não há uma determinação absoluta da realidade, considera-se o potencial emancipatório da educação, quando associada à análise crítica da realidade e a um projeto de transformação social. Assim como todas as esferas da sociedade de classes, o ambiente escolar e a educação formal encontram-se em constante disputa entre os interesses dos trabalhadores e da classe dominante, os quais perpassam a educação infantil, o ensino fundamental e médio e, especialmente, o ensino superior, onde ocorre a formação dos docentes que futuramente irão compor a educação básica. Conforme aponta Saviani (1987), a educação escolar possui tanto o caráter de reprodução social das condições e ideais dominantes existentes, como também se constitui em um espaço para transmissão do conhecimento científico desenvolvido historicamente a serviço da transformação da sociedade, dentro de suas limitações. Em outras palavras, a internalização da ideologia dominante na escola ocorre de modo não linear e não deve ser compreendida como uma relação mecânica de causa e efeito pois, os valores e as concepções de mundo hegemônicas frequentemente se confrontam com as contradições da vida material.

Sob o panorama da totalidade, em linhas gerais, a reprodução social do trabalhador está condicionada ao capital, pois, na medida em que se aumenta a extração de mais-valia, reduz-se o trabalho necessário no âmbito da produção e aumenta-se o trabalho excedente, o que afeta a sua vida pessoal para além do seu local de trabalho. O capital representa a dominação e o controle de todas as

esferas da vida em sociedade, desde o atrelamento da população ao processo de acumulação, até a imposição de seus interesses no escopo da família, da educação e do tempo livre do trabalhador. A educação formal, neste quadro, possui a funcionalidade de produzir um “consenso”, baseado na conformidade e adequação dos trabalhadores à ideologia dominante (MÉSZÁROS, 2005, p. 45), atuando para amenizar as contradições inerentes à divisão da sociedade em classes antagônicas, com necessidades opostas, internalizando ideários que são alheios à sua realidade concreta. Logo, podemos constatar que a reprodução social da força de trabalho compreende uma totalidade, composta pela unidade de interesses conflitantes presentes nas formas de reprodução do capital e na reprodução coletiva da vida dos trabalhadores.

3.2. Educação de jovens e adultos no Brasil: relações históricas com o mundo do trabalho

Historicamente, as iniciativas que pautaram a escolarização de jovens e adultos no Brasil estiveram intrinsecamente ligadas ao mundo do trabalho e suas transformações, do mesmo modo que a educação básica considerada “regular”, porém, de forma mais intensa. O pressuposto para a existência de uma modalidade de ensino que busca, de alguma forma, compensar a interrupção do percurso escolar, reside na constatação de uma falha no direito de acesso à educação, a qual é ocasionada pelas profundas desigualdades estruturais de nosso país, as quais se revelam em desigualdades escolares e de acesso ao conhecimento. Milhares de crianças e jovens são – de certo modo – expulsos do ambiente escolar por fatores internos e externos, como a necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família, a migração, com destaque para o êxodo rural e causas relacionadas à violência. Quanto aos fatores internos, estes podem ser observados na organização do ensino e nas formas de avaliação que aprofundam ainda mais as desigualdades entre os estudantes, além da discriminação e racismo. As relações entre trabalho e educação, que muitas vezes aparecem de forma velada no ensino regular, tem seu caráter explícito nos diversos programas governamentais pioneiros na promoção de programas

de ensino para jovens e adultos, pois sua absoluta maioria era composta de trabalhadores.

No contexto oriundo do processo de estruturação do parque industrial nacional, conjuntamente com a intensificação da urbanização do país, iniciados na década de 1930, surge a necessidade de elevação dos níveis educacionais básicos do proletariado, no sentido de formar grandes contingentes populacionais para atender as necessidades do trabalho fabril (VENTURA, 2011, p. 59). O Brasil, nesse período, seguindo a esteira das relações produtivas mundiais, passa por profundas mudanças em sua base produtiva, impulsionadas pela quebra do ciclo político oligárquico dos barões do café na chamada República Velha⁷ através da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder. Esse processo, apesar da nomenclatura revolucionária, constituiu-se em um “reformismo pelo alto” (ANTUNES, 1982), o qual modernizou as relações de produção sem reformular as bases concretas da sociedade.

Pautado pelo modelo acumulação de capital nascente naquele período e vinculado à implementação do ritmo de produção fordista, o capitalismo brasileiro buscou concretizar medidas compensatórias e paralelas ao ensino regular, destinadas àqueles que, por imposição das contradições sociais, não haviam concluído os estudos, pois “(...) *os diferentes estágios dos processos produtivos (...) geram mudanças no sistema escolar com vistas a atender às demandas da produção e da permanente construção e manutenção da hegemonia por parte das classes dominantes.*” (RUMMERT, 2007, p. 47). Logo, o estado passa a criar programas dispersos e pontuais, para sanar essa necessidade, sem criar necessariamente uma modalidade vinculada à educação básica de caráter público e, contando muitas vezes com parcerias diretas com o setor produtivo, o comércio e demais segmentos empresariais.

Nesse sentido, a Reforma Capanema, ocorrida na década de 1940, sob a égide do Estado Novo, implementou uma série de decretos que delimitaram e

⁷ Período histórico do Brasil iniciado com a proclamação da República, em 1899, tendo o seu fim no ano de 1930. Marcado pela alternância de poder entre as oligarquias ligadas ao latifúndio, também recebeu o nome de “República do Café com Leite”, tendo em vista a alternância de poder entre representantes do estado de São Paulo, o maior produtor de café, e o estado de Minas Gerais, o maior produtor de leite.

estruturaram a educação básica, abarcando desta forma, modalidades educacionais voltadas para jovens e adultos. Entre as iniciativas, o ensino técnico, comercial, industrial e agrícola, além da criação do Senai e do Senac, entidades vinculadas aos setores empresariais, responsáveis pela formação técnica do conjunto de trabalhadores, os quais buscavam se inserir ou se qualificar diante do mercado de trabalho crescente nas grandes cidades (VENTURA, 2011, p. 60). Aqueles que não se enquadravam ou tinham dificuldades de acesso à essas novas modalidades, eram destinados para as campanhas de alfabetização em massa, as quais se iniciaram em 1947 através da CEAA (Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos) (Idem, p. 61). Contudo, as raízes das desigualdades estruturais brasileiras se aprofundavam ainda mais e estavam longe de acabar. Por exemplo, no ano de 1950, mesmo com toda a “modernização” em curso no país, mais da metade da população, cerca de 55% dos brasileiros maiores de 18 anos, eram totalmente analfabetos. Em 1952 foi realizado o 1º Congresso de Educação de Adultos, o qual culminou no lançamento da Campanha Nacional de Educação Rural, voltada, principalmente ao objetivo de alfabetizar trabalhadores de regiões rurais, em especial, na região Nordeste. Por fim, as campanhas de alfabetização e educação de jovens e adultos serão encerradas em 1963, como consequência da descentralização pautada pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Idem, p. 62).

O golpe empresarial-militar de 1964, liderado pelas elites políticas e econômicas do país para evitar o estabelecimento das Reformas de Base⁸, impactou diretamente nos rumos da educação e das concepções pedagógicas que seriam adotadas pelo Estado brasileiro nos anos seguintes. No decorrer do regime militar (1964-1985), portanto, foram tomadas três medidas, as quais constituíram as principais políticas públicas para a educação de jovens e adultos no Brasil durante esse período. Foram elas: a Cruzada ABC, vinculada à Igreja Católica e de base pedagógica originada nos EUA no clímax da Guerra Fria, representada pelo acordo MEC-USAID, tendo seu fim em 1971; o MOBREAL

⁸ Conjunto de reformas políticas e econômicas como reforma agrária, industrialização e reforma educacional, defendidas pelo então presidente João Goulart.

(Movimento Brasileiro de Alfabetização), iniciado em 1967 e executado até a derrocada do regime em 1985, o qual possuía ampla estrutura nacional e, em linhas gerais, atuava como ferramenta de controle ideológico e promoção do governo, tendo em vista a manipulação das estatísticas de alfabetização com objetivo de propagandear seus métodos pedagógicos. Por fim, de modo complementar a esses projetos, a regulamentação do ensino supletivo em 1971 pautou, pela primeira vez, uma legislação específica ao ensino de jovens e adultos, considerando suas particularidades frente ao ensino básico e secundário, seus pilares consistiam em: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação (VENTURA, 2011, p. 67-72).

Todos esses programas convergem no mesmo sentido, da alfabetização massificada para grandes parcelas da população, combinada com uma formação básica superficial e generalista voltada para atuação no mundo do trabalho, carentes de aprofundamento e, sobretudo, entendidas como ações pontuais e específicas, sem levar em conta a necessidade uma educação sistematizada, em âmbito nacional, que contemplates as particularidades culturais, econômicas e sociais da população brasileira. Ao fim da década de 1980, no contexto permeado pelos avanços democráticos conquistados pelas mobilizações de massa da classe trabalhadora, que levaram à derrota do governo militar, o Estado brasileiro passa por importantes reformulações, com a queda da ditadura e a construção da Constituição Federal em 1988. O campo educacional, nesse contexto, também conquista importantes espaços, com a educação sendo estabelecida como direito básico universal e obrigatório, incluindo a oferta da educação para jovens e adultos em toda a rede pública de ensino.

3.3. Desafios para a consolidação da EJA no Brasil atual

As contradições expressas no mundo do trabalho interferem em todos os aspectos da reprodução da vida cotidiana, conforme observamos anteriormente, no âmbito das relações pessoais, no acesso à cultura e lazer e, particularmente, no percurso escolar desse segmento de jovens e adultos trabalhadores (ESPINOSA, VENDRAMINI, 2016). As dificuldades de conciliar o trabalho com

estudo, somadas às constantes problemáticas de nível estrutural, muitas vezes ocasionam a interrupção da trajetória educacional dos estudantes, deixando a escola em segundo plano, devido à necessidade de priorizar a reprodução de suas condições de vida e até mesmo de toda sua família. Com a consolidação da forma de acumulação flexível adotada pelo capital a partir dos anos de 1990, no Brasil, a reprodução social da força de trabalho atravessa profundas mudanças.

Anteriormente, com maior rigidez nas linhas de produção, o conjunto dos trabalhadores possuía relativa estabilidade em seus postos de trabalho, combinado com maior controle político, ideológico e social exercido por parte do Estado e dos aparelhos de hegemonia da classe dominante. A superação do modelo fordista e sua substituição pela produção flexível ocasionou o desmonte do estado e das políticas sociais, especialmente ligadas ao mundo do trabalho, com evidente redução de direitos trabalhistas, perda de estabilidade, ausência de programas de seguridade social, dentre outros retrocessos.

Diante desse quadro, de desmonte do aparato estatal no âmbito das políticas públicas, guiado pelo ideário do neoliberalismo, a educação de jovens e adultos é impactada diretamente. Nos governos de Fernando Collor e Itamar Franco, por exemplo, houve a tentativa de implementação de programas nacionais de escolarização e combate ao analfabetismo, contudo, eles mal saíram do papel devido à ausência de recursos financeiros e planejamento efetivo. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, a EJA figura em um capítulo próprio, contudo, é reforçado seu caráter como medida compensatória, uma vez que era citada como “cursos e exames supletivos”. Por outro lado, a educação profissional ganhava notório destaque, sendo expressamente considerada, somente, uma ferramenta preparatória para o mundo do trabalho. Deste modo, no governo FHC, as alternativas para a educação de jovens e adultos concentravam-se fora da alçada do Estado brasileiro, sendo protagonizada por organizações do terceiro setor, como ONG's, Sindicatos, entidades religiosas e o Sistema S (Sesi, Senai, Sesc, Senac), dentre outras iniciativas (VENTURA, 2011, p. 79). Ao final da década de 1990, a oferta

da educação para jovens e adultos era descontínua e diversificada, sem uma diretriz curricular nacional e, tampouco, com uma estrutura ofertada pelos governos federal, estadual ou municipal. Das iniciativas dispersas, a maior parte era destinada para alfabetização, certificação ou qualificação para o mundo do trabalho (Idem, p. 81).

Na primeira década de 2000, na esteira dos governos Lula, a EJA passa a contar com políticas mais efetivas e um orçamento próprio a nível nacional. Em 2005, é criado o PROEJA (Programa Nacional de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos). Contudo, esse e outros programas, como o PROJOVEM (Programa Nacional de inclusão de jovens: Educação, qualificação e ação comunitária), seguem as mesmas diretrizes gerais das medidas anteriores, no sentido de compor uma gama de projetos que atuam de forma descentralizada, sem que haja efetivamente uma política de estado para essa modalidade de ensino, reforçando seu caráter compensatório (VENTURA, 2011, p. 90).

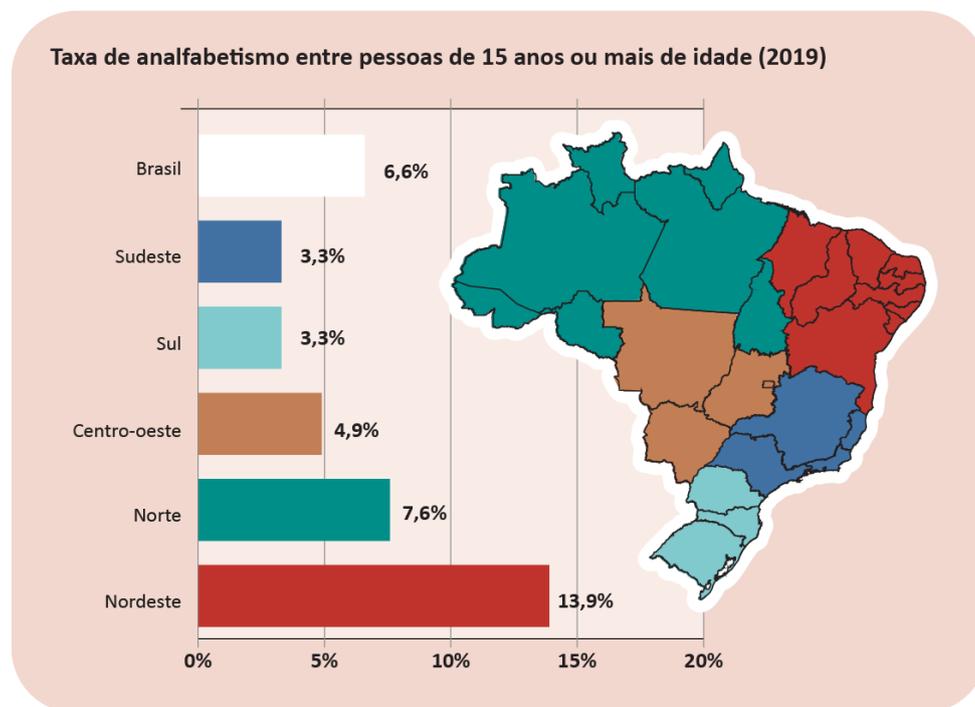
Nesse contexto, de acordo com as situações em que se encontram, a alternativa mais viável para o retorno ao ambiente escolar é a EJA – Educação de Jovens e Adultos, por conta de seu caráter flexível pensado para suprir as demandas de trabalhadores que possuem pouco tempo disponível para se dedicar aos estudos, ou que passaram longos períodos longe da escola. Portanto, a regulamentação da EJA junto a educação pública, enquanto modalidade de ensino, configura-se como um espaço de disputa entre os interesses de classe antagônicos:

A Educação de Jovens e Adultos (EJA), regulamentada como modalidade de ensino, é, sem dúvida, uma relação de classe. Assim, se configura no Brasil, como oferta de possibilidades de elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito à educação na fase da vida historicamente considerada adequada. É, mais precisamente, uma educação para as frações da classe trabalhadora cujos papéis a serem desempenhados no cenário produtivo não requerem maiores investimentos do Estado, enquanto representante prioritário dos interesses dos proprietários dos meios de produção. (RUMMERT, 2011, p. 63).

Esse antagonismo de interesses traz para a educação de jovens e adultos uma questão contraditória referente à sua implementação. Se, por um lado, a EJA enquanto política pública reflete o caráter desigual da sociedade de classe e, deste modo, surge enquanto política compensatória, por outro, é um mecanismo necessário de integração dos trabalhadores jovens e adultos com o ambiente educacional, configurando-se como alternativa para retomada da trajetória escolar, importante ferramenta de combate ao analfabetismo e de acesso ao conhecimento científico.

A regulamentação da EJA enquanto política permanente e progressiva se faz necessária, para além de um mecanismo de correção ou compensação, devido às profundas disparidades encontradas no acesso à educação na atualidade. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD Contínua do ano de 2019, 6,6% da população brasileira acima de 15 anos encontrava-se em situação de analfabetismo completo, o que totaliza cerca de 11 milhões de pessoas. Os dados ainda evidenciam uma profunda desigualdade regional, com as regiões Norte e Nordeste concentrando os maiores índices de analfabetismo entre as demais regiões do país, com o Nordeste, inclusive, apresentando uma média duas vezes maior que a nacional.

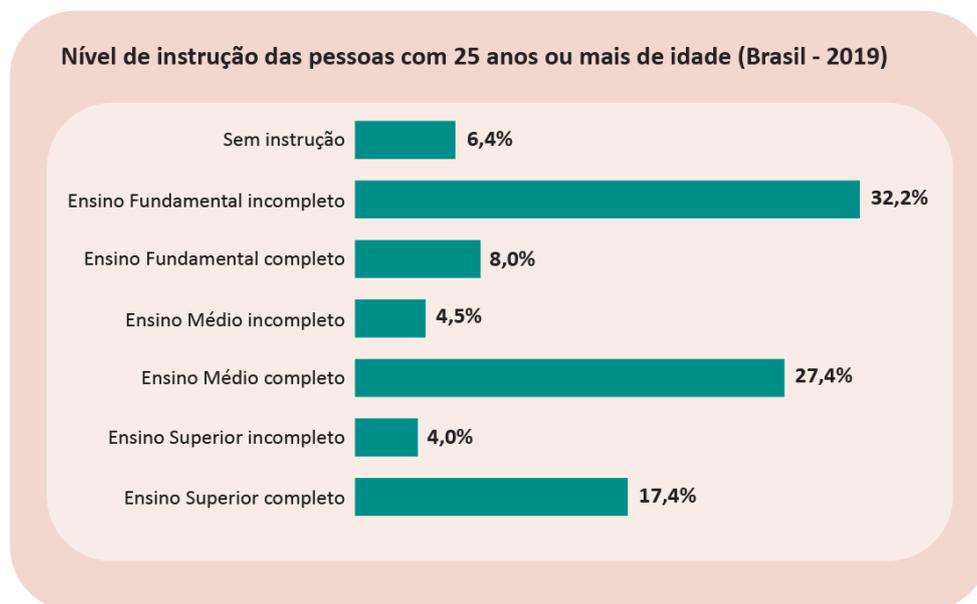
Figura 1 - Taxa de analfabetismo no Brasil entre maiores de 15 anos



Fonte: IBGE (2019)

Quando analisamos os dados gerais de escolarização, as disparidades ficam ainda mais explícitas, demonstrando a evidente necessidade de implementar uma política efetiva para a retomada do percurso escolar de parcelas significativas da classe trabalhadora. O chamado abandono escolar, que escamoteia a expulsão da escola, ocasionado por múltiplos fatores, que vão além da vontade individual de estudar, atinge mais da metade da população brasileira com mais de 25 anos. A educação de jovens e adultos possui uma demanda notável, especialmente nos segmentos que não concluíram o ensino fundamental.

Figura 2 – Nível de instrução entre pessoas maiores de 25 anos no Brasil

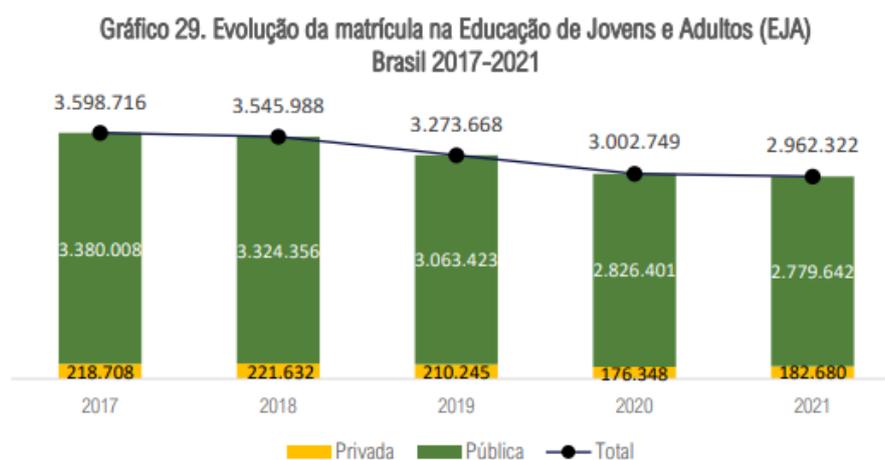


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Fonte: IBGE (2019)

Porém, apesar das demandas evidenciadas pela PNAD Contínua, em termos absolutos as matrículas na EJA vêm reduzindo no último período, conforme demonstram os dados do Censo Escolar de 2021:

Figura 3 – Histórico de matrículas na EJA entre 2017-2021



Fonte: IBGE (2019)

A pandemia de COVID-19, a partir do ano de 2020, onde foram decretadas medidas drásticas e necessárias de distanciamento social, como a restrição das atividades econômicas para impedir a propagação do vírus, impactou frontalmente as parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora. O desemprego e a fome voltaram a bater na porta de milhões de brasileiros que, impossibilitados de trabalhar por questões sanitárias, em sua maioria trabalhadores informais ou “uberizados”, sem vínculos de emprego formal e garantias de direitos trabalhistas e, sobretudo, ausentes de uma política emergencial de assistência social por parte do estado, foram obrigados a se expor aos riscos proporcionados pela pandemia, afim de garantir a manutenção de seu sustento. Portanto, podemos atrelar a queda mais brusca nas matrículas da EJA como os efeitos da pandemia, mas, observando os dados mais atentamente, a queda no número de matriculados era uma tendência apresentada antes da crise sanitária mundial. Dentre os possíveis fatores, podemos inferir o agravamento da crise econômica e do desemprego, constantes no Brasil desde 2015, além da política de certificação em massa proporcionada pelo Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, o número de participantes do ENCCEJA foi de 2.973.375 em 2019, 75% a mais do que no ano anterior, onde a prova contou com 1.695.607 inscritos⁹.

A promoção dos exames de certificação, como forma de acesso ao diploma de conclusão dos estudos, está em consonância com a visão geral da EJA enquanto política compensatória, desenvolvida historicamente em nosso país. Além de melhorar as estatísticas gerais de escolarização, os exames suprem as demandas dos trabalhadores frente ao mercado de trabalho flexível, uma vez que fornecem a certificação sem o acesso ao conhecimento e sem tomar o valioso tempo de trabalho.

⁹ Fonte: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/04/encceja-2019-tem-aumento-de-75percent-no-numero-de-inscritos-diz-inep.shtml>> Consultado em: 29/06/2022.

Nesse sentido, diante das necessidades de reprodução social da classe trabalhadora, aqueles que necessitam da educação de jovens e adultos têm, frequentemente, sua condição de estudante relegada ao segundo plano, predominando a condição de trabalhador. Esse impasse nos leva à problemática central relacionada à trajetória escolar do público alvo desse seguimento, pois, diante das condições de vida que enfrentam e das possibilidades de certificação de forma imediata através do ENCCEJA, surge o questionamento sobre as motivações que levam os estudantes para a EJA e suas possibilidades de continuidade dos estudos junto na educação formal. Para responder tal questionamento, a pesquisa vai se debruçar, no próximo capítulo, sobre as particularidades da EJA na rede municipal de ensino de Florianópolis, traçando um paralelo entre as condições de vida dos estudantes e suas possibilidades de escolarização.

4. A EJA EM FLORIANÓPOLIS: PARTICULARIDADES E DESAFIOS

A educação de jovens e adultos, conforme observamos anteriormente, possui diversas particularidades, seja na sua forma de funcionamento, no público-alvo e nas condições de vida desses estudantes. Em Florianópolis, soma-se a isto as questões inerentes à formação social, econômica e espacial da cidade, as quais influem de forma direta no perfil do estudante que acessa a modalidade. Por se tratar de uma cidade com bons índices de qualidade de vida, criou-se a imagem propagandística e idealizada de uma “Ilha da Magia” cheia de oportunidades e livre de contradições, ocasionando o aumento exponencial do fluxo migratório nos últimos anos, principalmente após a década de 1990 e o início dos anos 2000. Contudo, para além dos holofotes, a realidade concreta da cidade apresenta diversos problemas materiais, como a segregação socioespacial e o elevado custo de vida, especialmente na alimentação e no preço dos aluguéis, o que irá impactar diretamente na vida dos jovens e adultos que visualizam na EJA a possibilidade de retomar suas trajetórias escolares, buscando conciliar o trabalho com os estudos.

4.1. Estrutura, funcionamento e o perfil dos estudantes da EJA em Florianópolis-SC

A Educação de Jovens e Adultos, enquanto política pública executada pelo estado, passou a ser ofertada pela rede municipal de ensino de Florianópolis nos anos de 1970, apenas com turmas de alfabetização, na perspectiva de ensino complementar e compensatório. Em meados da década de 1990 houve a abertura de turmas para os anos finais do Ensino Fundamental, contudo, a estruturação de fato ocorre somente após a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, com a instauração do percurso formativo por ciclos e fases, compreendendo, desta forma, dois ciclos – representando os anos iniciais e os anos finais respectivamente – e quatro fases, com duas fases compondo cada ciclo (ZANELA et al (org.), 2016, p. 243). Nesse sentido, observa-se que a estrutura adotada seguia em consonância com os rumos da educação para jovens e adultos no âmbito nacional, atendendo as exigências do mundo do trabalho e agindo enquanto uma política de compensação, para corrigir os efeitos aparentes da desigualdade no acesso ao ensino, sem enfrentar, de fato, suas causas estruturais através de um planejamento contínuo.

Atualmente, o princípio educativo da EJA em Florianópolis é baseado na pesquisa, partindo da realidade de cada estudante para aprofundar os conhecimentos científicos por meio de seus interesses e necessidades. Essa perspectiva teve início nos anos 2000, onde foram realizadas experiências práticas no âmbito do Ensino Fundamental, conforme aponta a Proposta Curricular para a Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (2016):

Em 2000, a partir da experiência bem-sucedida do trabalho com projetos de pesquisa nas classes de aceleração do Ensino Fundamental, houve a discussão sobre a pertinência de introduzir a educação via pesquisa também na EJA. Ainda nesse ano, dois núcleos iniciaram este trabalho de forma experimental, constituindo-se como referências para a disseminação da proposta. A partir de 2001, todos os núcleos adotaram a pesquisa como princípio educativo. (Idem, 2016, p. 243).

O funcionamento da EJA como conhecemos hoje está regulamentado pela Resolução n.º 02/2010 do Conselho Municipal de Educação de

Florianópolis, onde constam as normas, princípios e a organização didático-pedagógica da modalidade. A divisão das turmas é feita em primeiro e segundo seguimento, compreendendo respectivamente os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental. O primeiro segmento, de acordo com o documento base das diretrizes curriculares, é composto em sua maioria de adultos e idosos, oriundos da classe trabalhadora, que interromperam suas trajetórias escolares e estão retomando os estudos através da modalidade. No segundo segmento está presente o movimento de juvenilização da EJA, onde jovens de 15 a 18 anos, ainda em idade escolar, foram destinados à modalidade por serem expulsos pelo ensino regular, seja por condições materiais, reiteradas reprovações, dificuldade de acompanhamento ou por casos ligados à indisciplina (ZANELA et al (org.), 2016, p. 245). Sua estrutura organizativa está atrelada à Secretaria Municipal de Educação da seguinte forma:

A Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis é formada pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos, vinculado à Diretoria de Ensino Fundamental da Secretaria Municipal de Educação, e subordinado à Gerência de Articulação Pedagógica da Educação Continuada; pelos Núcleos de EJA, espalhados por todo o município, constituídos, preferencialmente, em unidades educativas da própria Rede; e pelos Polos Avançados que, por meio de parcerias, funcionam em outros espaços condizentes ao acolhimento dos/das estudantes. (Idem, 2016, p. 246).

As unidades educativas abrangem todas as regiões da cidade, desde a Ilha até a parte Continental de Florianópolis, conforme podemos constatar no mapa a seguir:

Figura 4 - Mapa das Unidades Educativas da EJA em Florianópolis (2022)



Fonte: Prefeitura Municipal de Florianópolis

Os princípios educativos que orientam o currículo partem das ideias de educação permanente e educação continuada, articuladas com a proposta metodológica da pesquisa enquanto ponto de partida para o desenvolvimento pedagógico, conjuntamente com o princípio da leitura como ferramenta de promoção da autonomia dos estudantes. Deste modo, o fluxo de matrículas é contínuo, por conta do princípio educativo da pesquisa, podendo ser realizado ao longo de todo o ano letivo, de acordo com as necessidades de cada estudante. O certificado de conclusão pode ser solicitado, igualmente, em

qualquer período do ano letivo, mediante pedido do estudante, e através da avaliação do corpo docente do respectivo núcleo da EJA (ZANELA et al (org.), 2016 ano, p. 246-248).

Podemos observar, portanto, que a estrutura e funcionamento atual da EJA possui particularidades relacionadas ao contexto social e econômico da cidade, pois a primeira regulamentação e estruturação da modalidade ocorre, justamente, no contexto da explosão populacional em Florianópolis, no período que compreende a década de 1990 (POZZO, 2012). Em decorrência de um projeto político sustentado por setores do poder público, do capital imobiliário, da construção civil e por parcela considerável da imprensa hegemônica, a divulgação da cidade enquanto uma mercadoria¹⁰ e a “exportação” de sua imagem ocasionou o aumento exponencial da migração, sem que houvesse planejamento urbano e uma contrapartida de serviços públicos que atendesse as demandas da população crescente, em especial, nos bairros populares e mais afastados da região central.

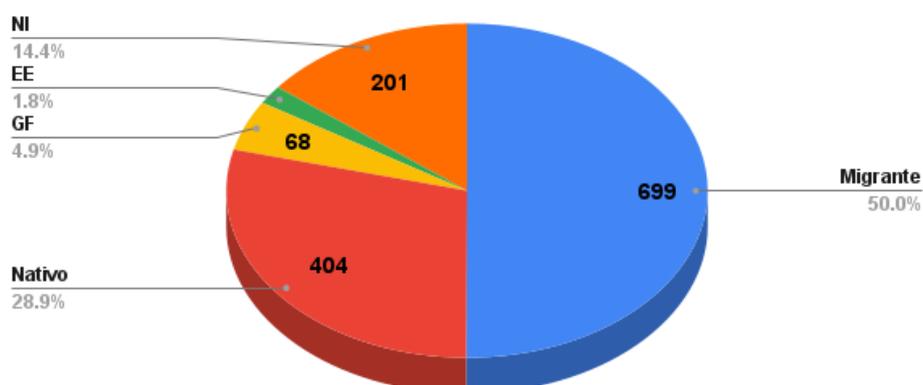
Desse modo, a Educação de Jovens e Adultos em Florianópolis caracteriza-se pela alta presença de estudantes migrantes de diversas partes do país, que, em determinado momento da vida, interromperam sua trajetória escolar. Conforme discutido anteriormente, compreendemos a situação da população migrante como uma massa permanentemente disponível às necessidades de expansão do capital, pois devido aos processos de expropriações primárias e secundárias pelo qual passaram (FONTES, 2010), encontram-se desprovidos de terra, moradia, estabilidade, direitos trabalhistas, organização sindical e contato com redes de solidariedade (como amigos, familiares, entre outros), o que os leva a viver em condições mais precárias. Nesse caso, a população migrante, devido ao constante deslocamento entre diferentes cidades, estados e regiões do país, tem seu direito ao acesso à educação restringido frente às suas necessidades imediatas de reprodução social.

¹⁰ De acordo com o sociólogo Henri Lefebvre: “A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”. (2001).

Esse quadro pode ser constatado quando analisamos as fichas de matrícula dos estudantes da EJA em Florianópolis. De acordo com o levantamento realizado junto ao grupo de pesquisa “Migração e educação”, do Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho – TMT/UFSC, onde foram analisados os dados de matrícula de 2022, fornecidos pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos – DEJA, mais da metade dos estudantes matriculados não nasceu em Florianópolis, dentre migrantes nacionais (50%), nascidos na Grande Florianópolis – GF (4,9%) e migrantes estrangeiros (1,8%).

Figura 5 – Condição de nascimento – estudantes da EJA Florianópolis (2022)

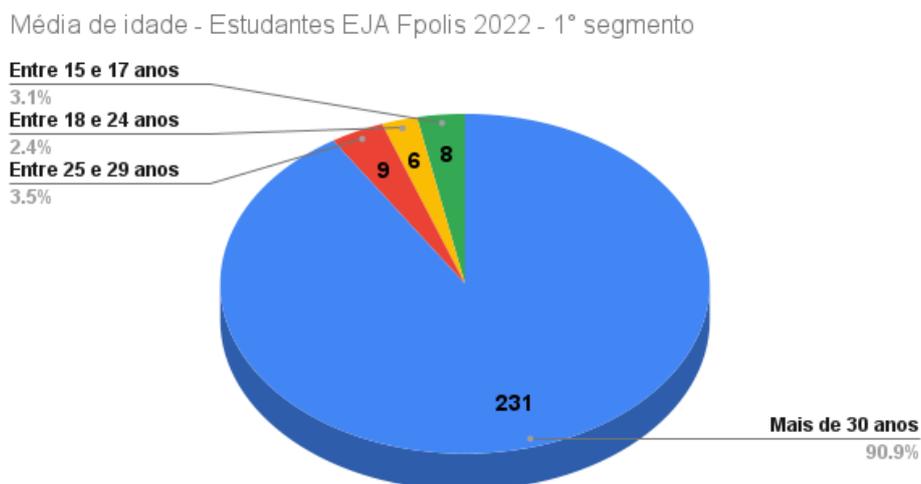
Condição de Nascimento - Estudantes EJA Fpolis 2022



Fonte: Elaborado pelo autor

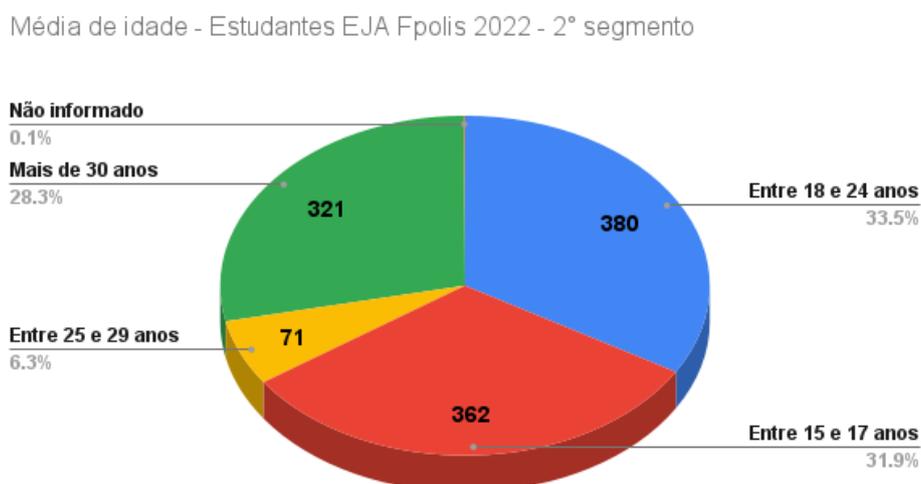
O conjunto dos dados ainda pode ser usado como espelho do fluxo migratório mais amplo, uma vez que demonstra os estados de origem mais recorrentes entre os estudantes, tornando-se uma importante amostragem para a análise dos deslocamentos. Para além da migração do interior para o litoral catarinense, observa-se grande presença de estudantes do Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Pará.

Figura 7 – Média de idade do Primeiro Segmento - EJA Florianópolis (2022)



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 8 – Média de idade do Segundo Segmento - EJA Florianópolis (2022)



Fonte: Elaborado pelo autor

O fenômeno de juvenilização da EJA pode ser observado também nos dados gerais, com cerca de 60% possuindo idade entre 15 e 29 anos e 40% representando a parcela de estudantes com mais de 30 anos. Contudo, quando analisamos os dados separadamente por segmento, os números ficam ainda

mais evidentes, com mais de 70% dos matriculados no segundo segmento apresentando idade menor que 30 anos. Esse fenômeno vem sendo avaliado por pesquisadores da área da educação há algum tempo e tem origens que remontam à década de 1980. De acordo com Hadadd e Di Pierro:

A partir dos anos 80, os programas de escolarização de adultos passaram a acolher um novo grupo social constituído por jovens de origem urbana, cuja trajetória escolar anterior foi mal-sucedida. O primeiro grupo vê na escola uma perspectiva de integração sociocultural; o segundo mantém com ela uma relação de tensão e conflito aprendida na experiência anterior. Os jovens carregam consigo o estigma de alunos-problema, que não tiveram êxito no ensino regular e que buscam superar as dificuldades em cursos aos quais atribuem o caráter de aceleração e recuperação. (2000, p. 127).

Portanto, tendo como base as categorias de reprodução social, expropriação, trabalho e educação apresentadas no referencial teórico deste trabalho, a análise dos dados demonstrou a presença majoritária de migrantes na EJA em Florianópolis, resultado da interrupção dos percursos escolares de jovens e adultos da classe trabalhadora que está em constante deslocamento espacial, dentro de uma conjuntura onde há crescentes índices de desemprego e de trabalhos informais. Observamos que a expulsão dos trabalhadores dos seus locais de origem está associada com a expropriação, ocasionando a expulsão da escola, do acesso ao conhecimento e à qualificação. Por fim, constatamos que o perfil daqueles que acessam a modalidade vem se alterando nos últimos anos através do processo de juvenilização, reflexo das desigualdades estruturais no acesso ao ensino regular por parte da juventude trabalhadora. Tais desigualdades se manifestam no fechamento do período noturno e na implantação do ensino médio integral em diversas escolas públicas, não permitindo a frequência do aluno que precisa trabalhar. Além disso, é preciso considerar os mecanismos internos à escola que dificultam o aprendizado e o acompanhamento dos estudantes mais empobrecidos da classe trabalhadora.

Diante desse cenário de mudanças na composição dos estudantes e das transformações presentes no mundo do trabalho, o item seguinte irá abordar mais precisamente o polo da EJA no bairro do Rio Vermelho, vinculado ao Núcleo Leste, mas pertencente à região do Norte da Ilha, o qual se configura

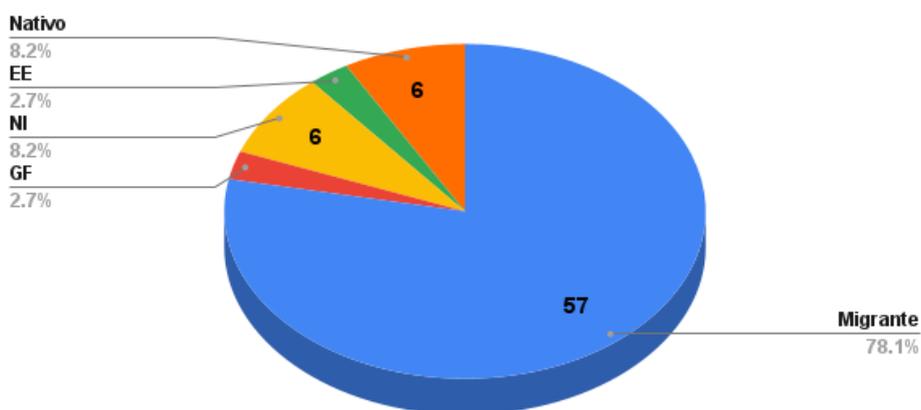
como uma amostra singular, onde as contradições presentes nos dados gerais aparecem de forma mais acentuada.

4.2. Particularidades da EJA no polo do bairro Rio Vermelho, Florianópolis-SC

O polo situado no bairro do Rio Vermelho, na Escola de Educação Básica Municipal Maria Conceição Nunes, atualmente inserido no Núcleo EJA Leste, foi selecionado como amostragem para o aprofundamento da pesquisa em função da alta presença de migrantes, a qual chega a quase 80% nos dados de matrícula de 2022, frente à 8,2% de estudantes nativos. Diante desse quadro, a pesquisa buscou compreender as particularidades sociais e econômicas que compõem o bairro, conjuntamente com a análise da condição de vida dos estudantes, com o objetivo de identificar as correlações entre a realidade e as perspectivas futuras desses estudantes.

Figura 9 - Condição de nascimento dos estudantes - EJA Rio Vermelho (2022)

Condição de Nascimento - Estudantes EJA Rio Vermelho 2022



Fonte: Elaborado pelo autor

Este cenário, além de seguir as tendências da EJA em âmbito municipal, também é reflexo da própria composição populacional do bairro Rio Vermelho, o

qual se configura como um dos principais destinos dos migrantes no âmbito da cidade, devido a características oriundas da sua formação socioespacial:

A abertura de novas vias de comunicação ligando o distrito a outras áreas da cidade, a diminuição do tempo de deslocamento entre o local de trabalho e de moradia, aliados a propaganda voltada para a atração de turistas, em particular as articuladas ao turismo ecológico e a atração de migrantes de alta renda. Fundadas no marketing da qualidade de vida, acelerou a exploração imobiliária na localidade, com a abertura de diversos loteamentos residenciais, acelerando o adensamento populacional, criando novas necessidades para atender esta população que passou a residir nestas áreas. (DA ROSA, 2004, p. 54).

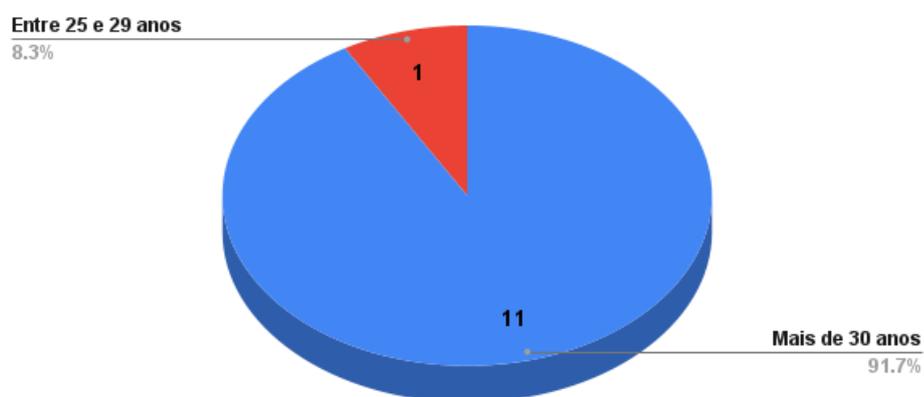
Neste contexto de crescimento demográfico, o bairro do Rio Vermelho tem sido um dos principais destinos para migrantes, especialmente após 1985 com a pavimentação da via de acesso principal, a Rodovia João Gualberto Soares, sendo que entre 1991 e 2004, seguindo o contexto do crescimento populacional de Florianópolis iniciado na década de 1990, a população da região passou de 1.864 para 10.000 habitantes, um estrondoso crescimento de 436,48% em apenas 13 anos (DA ROSA, 2004, p. 33). De um bairro com características rurais, rapidamente o Rio Vermelho transformou-se em uma região urbanizada, com maior presença de atividades econômicas, ligadas ao comércio e ao setor de serviços, o que atrai, conseqüentemente, um grande contingente de trabalhadores. A ausência de um plano diretor que tratasse das demandas específicas do local, aliada ao loteamento irregular de terras e ao crescimento demográfico desordenado, ocasionou a geração de problemas sociais para os moradores, como dificuldades de acesso à água, luz e saneamento básico regularizado, alagamento de ruas e residências, aumento da criminalidade, problemas de mobilidade urbana, falta de vagas nos serviços públicos de saúde e educação e a conseqüente queda na qualidade de vida.

Outro aspecto fundamental observado nas fichas de matrícula consiste na diferença de idade entre o primeiro e o segundo segmento, o que evidencia o aprofundamento do processo de juvenilização da EJA nesse polo em específico. Dentre os possíveis fatores, o alto número de migrantes pode ser considerado uma hipótese, tendo em vista os frequentes deslocamentos entre cidades, ocasionado a interrupção do percurso escolar de jovens que migram junto às

suas famílias ou por conta própria. Conforme podemos observar nos dados dos estudantes matriculados em 2022:

Figura 10 – Média de idade matriculados no 1º segmento - EJA Rio Vermelho (2022)

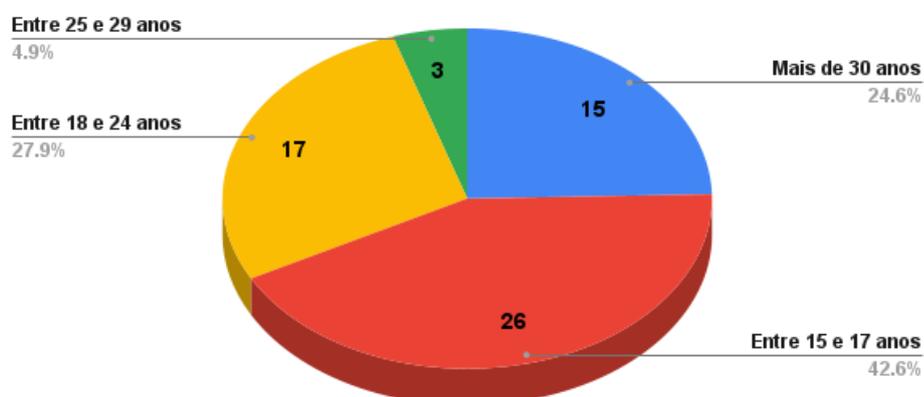
Média de Idade - Estudantes EJA Rio Vermelho 2022 - 1º segmento



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 11 - Média de idade matriculados no 2º segmento - EJA Rio Vermelho (2022)

Média de Idade - Estudantes EJA Rio Vermelho 2022 - 2º segmento



Fonte: Elaborado pelo autor

A média de estudantes entre 15 e 17 anos no segundo segmento do Rio Vermelho, com 42,6%, está 10% acima do índice municipal, evidenciando outra particularidade desse polo para além da alta presença de migrantes. Diante desse quadro, surge a necessidade do trabalho de campo por meio da realização de grupo focal e da aplicação de questionários junto aos alunos no segundo segmento, com o intuito de avaliar melhor quais são suas condições de vida, os motivos de terem ingressado na EJA e suas perspectivas para os próximos anos de suas vidas frente às dificuldades impostas para a sua reprodução.

4.3. A pesquisa vai a campo: realização do grupo focal e aplicação de questionários

Frente às novas informações adquiridas por meio da análise das fichas de matrícula, o trabalho de campo apresenta-se como alternativa para buscar a compreensão das particularidades encontradas na EJA do Polo EBM Maria Conceição Nunes. Os dados apontam para uma forte tendência à juvenilização da modalidade no segundo segmento e a forte presença de migrantes oriundos de diversas regiões do Brasil. Nesse sentido, de acordo com o problema central da pesquisa, o grupo focal e os questionários constituem-se como importantes ferramentas para desvelar as motivações que levam os estudantes à educação de jovens e adultos, suas trajetórias escolares, condições de reprodução da vida, seus anseios imediatos e perspectivas futuras, conforme aponta a pesquisadora Bernadete Gatti:

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. (GATTI, 2005, p. 11).

Portanto, no dia 05 de julho de 2022, o grupo de pesquisa “Migração e educação” realizou primeiramente o grupo focal junto aos estudantes do segundo segmento, após articulação com o professor responsável pela coordenação do polo. O roteiro do grupo focal foi estruturado com base no tema

“migração”, composto por perguntas sobre a vida, o trabalho e a escola antes de migrar. Após a realização de um chamado em sala de aula, aberto a todos os estudantes, mas com foco nos migrantes, apenas quatro estudantes se dispuseram a participar da conversa, a qual foi efetuada em outra sala nas dependências da escola. Dentre os participantes estavam três mulheres e um homem, com idades entre 16 e 20 anos, sendo todos migrantes, originários dos estados da Bahia, de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Quando questionados sobre os fatos motivadores que impuseram a necessidade de migrar, obtivemos respostas variadas, mas atreladas de alguma forma a questões familiares e ao trabalho, seja na busca por novas oportunidades ou pela fuga do desemprego presente nas respectivas cidades natal.

Mediadora 1: *E o que que te fez mesmo sair de lá?*

Aluna 1: *É... como ‘valer’, né? Oportunidade de trabalho, né? Lá não tem oportunidade de trabalho.*

(...)

Mediadora 2: *Muita gente que tu conhecias também saiu da Bahia?*

Aluna 1: *Ah, tem bastante gente. Primo, eu, prima, tio, tia, ‘saiu’ da Bahia, meu pai também (...) tem bastante gente que sai de lá.*

Dentre as respostas, chama atenção o fato de estudantes tão jovens terem se deslocado mais de uma vez entre diferentes cidades e até mesmo diferentes regiões do país. Esse fato demonstra que, sob a acumulação flexível o capital apresenta maior possibilidade de deslocamento, o que conseqüentemente ocasiona grandes fluxos migratórios de trabalhadores. As contradições presentes nesse contexto afetam principalmente a reprodução da vida cotidiana dos migrantes, no âmbito do trabalho, das relações pessoais, no acesso à cultura e lazer e, especialmente, no percurso escolar desses jovens (ESPINOSA, VENDRAMINI, 2016, p. 143). As barreiras impostas ao constante deslocamento das famílias de trabalhadores entre as diferentes cidades e estados, por vezes somadas a tentativa de conciliar o trabalho com os estudos, ocasionaram a interrupção da trajetória educacional de jovens e adultos de forma abrupta, pois, de modo evidente, a escola permanece em segundo plano frente às necessidades concretas de suas vidas (VENDRAMINI, 2017, p. 436). Devido ao impasse em que se encontram, podemos observar que a alternativa mais viável para o retorno ao ambiente escolar foi a EJA, sendo um dos fatores seu caráter flexível e com o fluxo de matrículas contínuo, pensado justamente para

suprir as demandas de pessoas que, em determinado momento da vida, interromperam a sua trajetória escolar, embora esse não seja o único fator, conforme descobrimos mais adiante, no decorrer do grupo focal.

Quando questionados a respeito das principais motivações da escolha por Florianópolis, figuraram respostas como o maior número de oportunidades de emprego, a tranquilidade, a segurança e a qualidade de vida. Porém, diante de perguntas sobre as principais dificuldades encontradas, as respostas foram convergentes e apontaram para o alto custo de vida na cidade, como o preço dos alimentos e o valor dos aluguéis cobrados.

Aluna 2: Eu passei um pouco de dificuldade no início, até um pouco tempo atrás, 'tava' passando por conta do dinheiro. A minha irmã ganhava pouco, agora tá desempregada e a minha mãe 'tava' ainda procurando emprego. A gente passou um pouco de dificuldade, porque o aluguel, querendo ou não, é caro pra caramba, e querendo ou não, o custo de vida, a comida, também 'é caro'. Já passei um pouco de preconceito, tanto por eu ser quem eu sou e... outras coisas, enfim.

Por fim, ao serem indagados a respeito de suas trajetórias escolares onde, em determinado momento de suas vidas, teve que ser interrompida por conta da migração, obtivemos respostas que apontam para dois fatores principais. Primeiro, uma das hipóteses já abordada no decorrer da pesquisa, a necessidade de conciliar o trabalho com os estudos. O outro fator, que ainda não havia sido levado em consideração, foi o da impossibilidade de ingressar no ensino regular, para aqueles que possuem a idade considerada adequada para essa modalidade, devido à falta de vagas na rede pública de Florianópolis.

Mediadora 1: Vamos falar um pouquinho da escola então. Gente, vocês deixaram de estudar, né? 'Tavam' na escola... Queria que vocês contassem um pouquinho, assim, das lembranças que vocês têm da escola e em que momento vocês deixaram a escola.

Aluno 1: Não, nunca deixei a escola.

Aluna 2: Eu também não.

(...)

Mediadora 1: (...) é por quê tu não concluiu o 9º? Por isso tu tá aqui?

Aluno 1: Não, é porque não tinha vaga mesmo. Aí, pra eu não ficar sem estudar, eu vim.

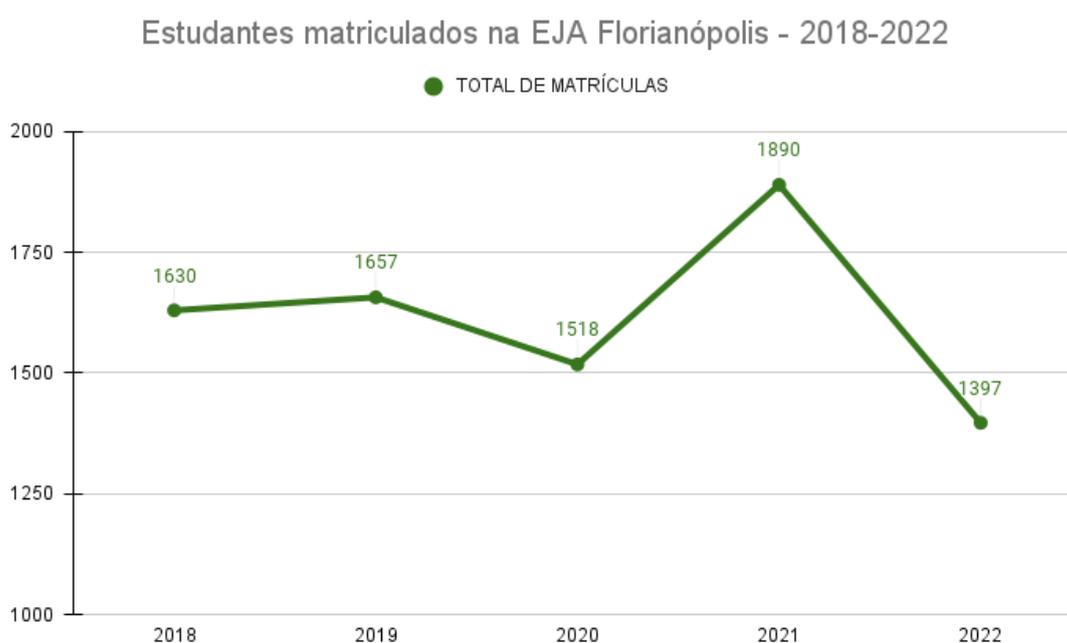
Aluna 2: Porque é difícil, a gente chegou aqui em fevereiro e eu já 'tava' em fila de espera desde janeiro.

Portanto, diante desse novo fato apresentado à pesquisa, conjuntamente com a necessidade de avaliar com maior amplitude as condições de vida e as perspectivas futuras dos estudantes da EJA neste Polo, e considerando a baixa

participação no grupo focal, foi elaborado um questionário com perguntas de múltipla escolha, de caráter socioeconômico e cultural, com o objetivo de aprofundar a análise dos fatores que levam jovens em idade escolar para a educação de jovens e adultos, e quais são suas expectativas relacionadas ao trabalho e à educação nos próximos anos.

Participaram do questionário, ao todo, 21 estudantes das duas turmas do 2º segmento, correspondente aos anos finais do ensino fundamental. Embora os dados do segmento apontem para 61 matriculados no total, como podemos observar nos gráficos anteriormente, nos foi informado, pelos professores e coordenadores do Núcleo, que essas duas turmas citadas foram unificadas, pois existe uma grande rotatividade no conjunto dos estudantes que frequentam as aulas de forma regular, principalmente após o retorno das aulas presenciais em 2021, pois muitos haviam interrompido os estudos durante o ensino remoto adotado em 2020, devido as dificuldades enfrentadas no período pandêmico, conforme podemos observar na contagem geral de matriculados no município.

Figura 12 – Estudantes matriculados na EJA Florianópolis entre 2018-2022

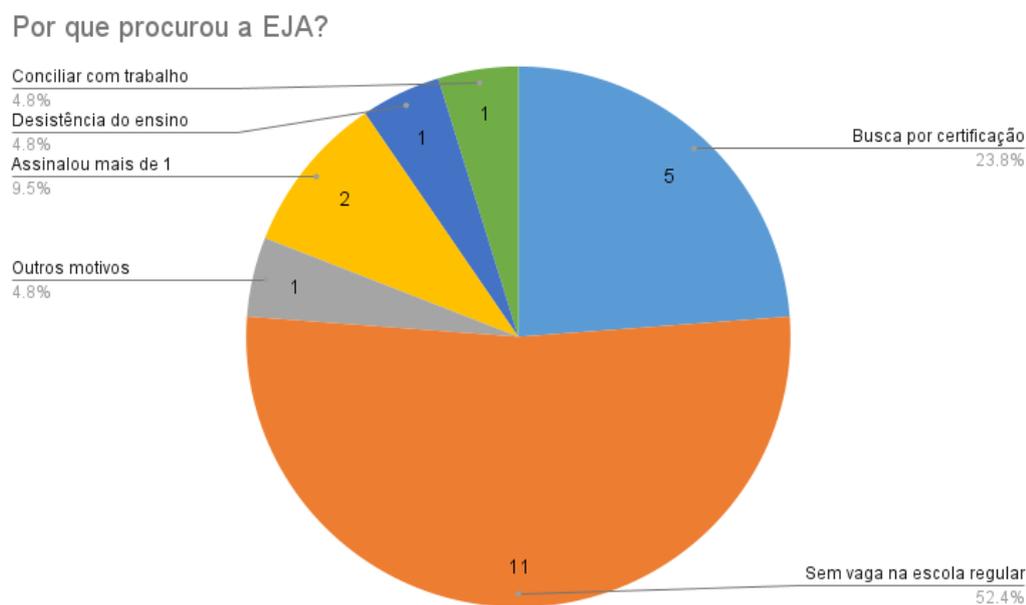


Fonte: Elaborado pelo autor

Após os resultados, observamos que todos aqueles que responderam ao questionário possuem menos de 30 anos, sendo que 15 estudantes (71%) possuem a idade entre 15 e 17 anos, 16 são do sexo masculino (76%), 17 são migrantes (81%), 8 possuem renda familiar de até 2 salários mínimos (38%) e 3 declararam não possuir renda fixa (14%). Em relação ao vínculo empregatício, podemos observar um reflexo do processo de precarização estrutural da força de trabalho, pois, mesmo sendo jovens, mais da metade (12 estudantes – 57,1%) declarou já ter trabalhado, enquanto apenas 1 estudante (4,8%) alegou possuir carteira assinada e 6 estudantes (28,6%) informaram trabalhar sem vínculo com a CLT, com o restante, 5 estudantes (23,8%) se declarando desempregados e 9 estudantes (42,9%) informando que nunca trabalharam. Dentre aqueles que já trabalharam, 10 estudantes iniciaram antes dos 16 anos (47,6%), o que indica que esses alunos tiveram que conciliar o trabalho com os estudos durante parte considerável de suas trajetórias escolares.

No âmbito de suas perspectivas diante da educação escolar, quando perguntados sobre o motivo de terem escolhido a EJA, as respostas endossam o que foi apontado pelos participantes do grupo focal e evidenciam um problema latente da rede pública de ensino, em especial, a rede pública municipal, onde são ofertadas a maior parte das vagas para o ensino fundamental em Florianópolis.

Figura 13 – Motivações para matrícula na EJA



Fonte: Elaborado pelo autor

Com mais da metade dos estudantes afirmando que buscaram a EJA pela ausência de vagas no ensino regular, podemos inferir que, além da estrutura da rede pública se demonstrar insuficiente, é reforçada a ideia de que a modalidade se apresenta como uma política compensatória, nesse caso, um meio de certificação diante da falta de estrutura do Estado para com as demais modalidades. A falta de vagas nas escolas do Norte da Ilha é um problema recorrente e, mesmo antes da pandemia, em 2019, já era alvo de manifestações do Ministério Público de Contas de Santa Catarina – MPC-SC, conforme matéria publicada em seu site oficial¹¹:

A Secretaria Municipal de Educação assume que há déficit de vagas na rede de ensino, especialmente na região Norte da Ilha. O motivo seria o intenso fluxo migratório nos últimos meses que compromete o planejamento da oferta de vagas. De acordo com o Diretor de Planejamento e Dados Educacionais, Eduardo Savaris Gutierrez, o problema está sendo resolvido e a solução é acompanhada de perto pela 15ª e 25ª Promotorias de Justiça de Florianópolis, ligadas ao Ministério Público de Santa Catarina. (2019).

¹¹Disponível em: <<https://www.mpc.sc.gov.br/noticias/prefeitura-de-florianopolis-esclarece-mpc-sc-sobre-falta-de-vagas-na-rede-municipal-de-ensino/>> Acessado em: 15/07/2022.

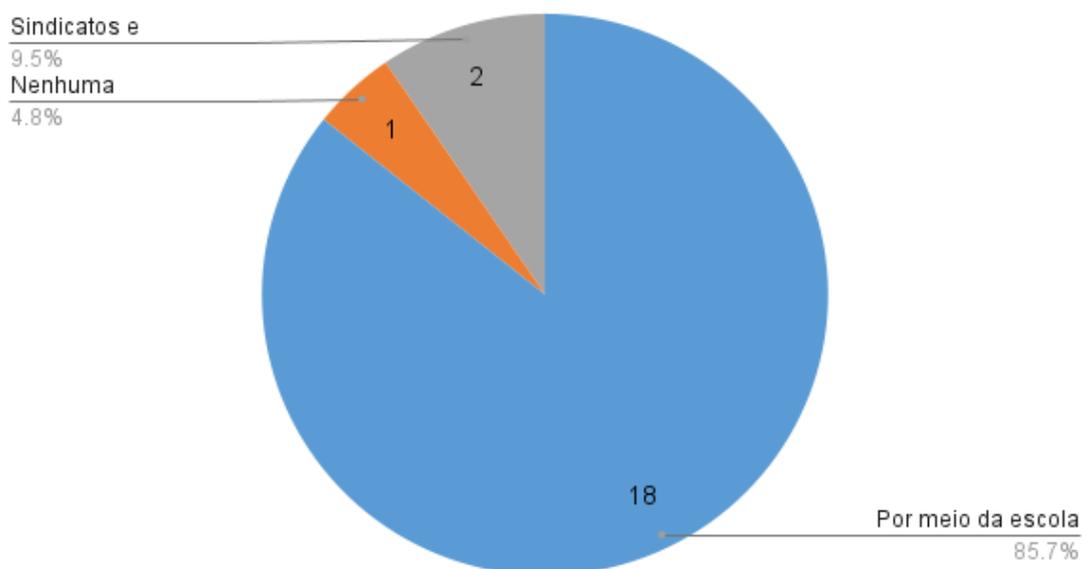
De acordo com a justificativa da PMF à época, o problema não consiste no desmonte dos serviços públicos, no déficit na contratação de professores, na ausência de concursos públicos ou na falta de investimentos. Para o poder público, nesse caso, a culpa é terceirizada para o próprio migrante. Contudo, os anos se passam e o problema persiste, conforme relatado por veículos de comunicação, onde, em 2022, de acordo com o Conselho Tutelar, ao menos 120 crianças e adolescentes estão fora da escola por conta da falta de vagas¹². Esse quadro reflete na prática o fenômeno da expropriação secundária, onde os trabalhadores e suas famílias são expropriados de seus direitos básicos, como o acesso à educação e ao serviço público de qualidade. O impacto dessa problemática interfere diretamente na reprodução social dessas famílias, seja pela necessidade de manter suas crianças na escola para poderem trabalhar, ou por atrasar o percurso escolar, no caso dos jovens – que por sua vez acabam buscando a EJA como uma alternativa ao ensino regular.

Mesmo com dificuldade de acesso ao ensino, a maioria dos estudantes acredita na educação como forma de melhorar sua vida (85,7%), além de possuírem perspectivas de seguir com os estudos, seja por meio do supletivo, do ensino regular ou de cursos técnicos/profissionalizantes, o que abrange 61,8% do total das respostas. O índice dos estudantes que responderam “não sabe” também deve ser considerado, pois demonstra a incerteza presente na vida dos jovens, frente ao desemprego e a ausência de perspectiva de vida a longo prazo. Conforme podemos observar nos gráficos a seguir:

¹²Disponível em: <<https://ndmais.com.br/educacao/mp-de-sc-pede-abertura-de-novas-vagas-para-o-ensino-fundamental-no-norte-de-florianopolis/>> Acessado em: 15/07/2022.

Figura 14 – Por qual meio acreditam na mudança de vida

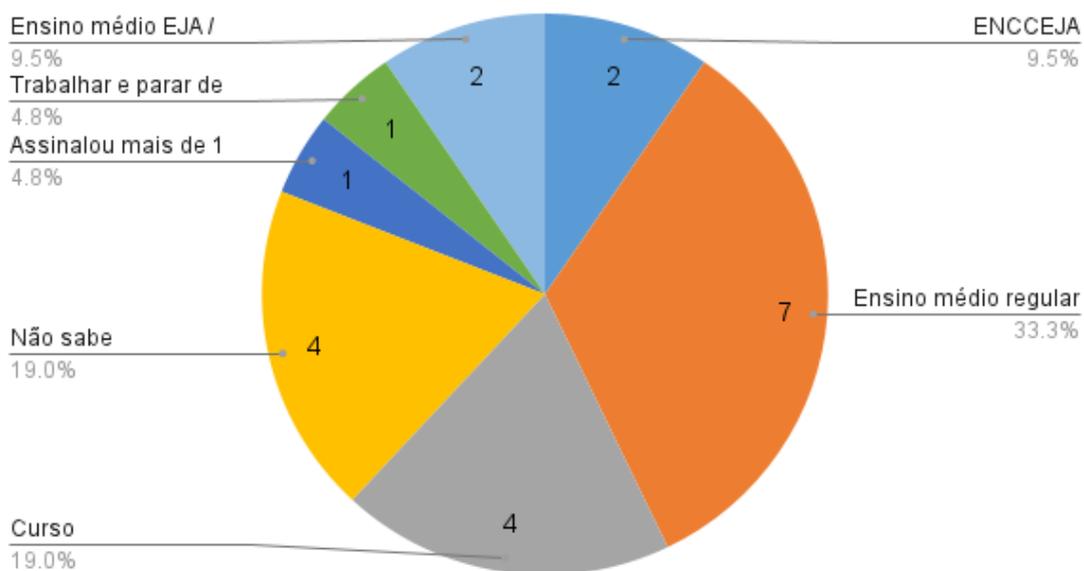
De que forma a vida pode melhorar?



Fonte: Elaborado pelo autor

Figura 15 – Pretensões após a conclusão do Ensino Fundamental

O que pretende fazer após concluir o Ensino Fundamental



Fonte: Elaborado pelo autor

Constatamos, portanto, que a EJA no bairro Rio Vermelho segue as tendências municipais de juvenilização dos estudantes matriculados no 2º segmento, contudo, esse fator é agravado pelas particularidades características da região, como a falta de vagas no Ensino Fundamental no Norte da Ilha, devido à ausência de planejamento urbano dos poderes públicos e o crescimento populacional desordenado que se perpetua na cidade desde a década de 1990. Desse modo, o caráter compensatório da modalidade ganha novos contornos, servindo como um mecanismo que, mesmo de forma não programada, supre a falta de vagas no ensino regular emergencialmente.

O conjunto dos estudantes analisados desvela um perfil de jovens, em sua maioria migrantes, expostos às contradições do mundo do trabalho, através da flexibilização de direitos trabalhistas e do aumento do custo de vida, com perspectivas de continuidade dos estudos e com a expectativa de que podem transformar suas vidas através da educação, o que pode ser compreendido como reflexo da ideologia liberal, a qual difunde que a melhoria das condições de vida e a ascensão social são decorrentes do esforço individual e da meritocracia. Nesse sentido, o trabalho de campo, realizado por intermédio do grupo focal e da aplicação de questionários, consistiu em uma ferramenta fundamental para analisar as condições de vida desses estudantes para além das aparências dos dados gerais, trazendo à tona outras problemáticas latentes no contexto da educação de jovens e adultos em Florianópolis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reprodução do capitalismo e de suas condições de funcionamento ocorre, historicamente, por meio dos mecanismos de expropriação e acumulação, com aparências diferentes, mas com a mesma forma de operar desde seu nascimento. Para compreendermos a situação atual dos trabalhadores e sua relação com a educação escolar, foi preciso retomar a origem dessas contradições, presentes na gênese do capital. A submissão integral dos trabalhadores ao capital não pode ser compreendida meramente como uma escolha singular, pautada pelo conceito vago de liberdade individual,

mas sim, enquanto uma complexa conjunção de fatores estruturais, que foram moldados através do conflito político entre classes sociais antagônicas ao longo da história. Para a base do modo de produção capitalista ser completamente consolidada, uma massa de trabalhadores antes ligada à terra, às oficinas de artesanato e às suas ferramentas de manufatura, ou seja, seus meios de produção, precisou ser expropriada por meio de um processo violento, tornando-se totalmente disponível para atender as necessidades do modo de produção nascente.

Após a separação do trabalhador de seu meio de produção e subsistência, a reprodução das suas condições materiais ficou integralmente disponível aos interesses do capitalista. A disponibilidade não ocorre somente no processo de venda da força de trabalho, mas em todo o ciclo de reprodução social do proletário e de sua família. Alimentação, moradia, consumo de mercadorias, relações familiares, acesso à saúde, educação, cultura e lazer, todos esses elementos ficam sob a tutela dos interesses do capital, cujo único objetivo é a acumulação e a apropriação do trabalho excedente na forma de mais-valia.

Decorrente da expropriação, ocorre a formação dos grandes centros urbanos como base para o desenvolvimento da indústria capitalista nascente, onde passa a se concentrar toda a vida econômica, política e social da época, com as cidades industriais tornando-se redutos de populosos bairros proletários, onde as condições de vida eram extremamente precárias. Nesses locais, a crescente demanda por moradias ocasionou o aumento do custo de vida e o encarecimento dos alimentos diante dos baixos salários dos operários, sem que houvesse uma contrapartida do setor imobiliário, que fornecia habitações em situações demasiadamente precárias. A separação da sociedade em classes antagônicas também é expressa em solo urbano, na divisão dos bairros, na segregação socioespacial.

A operação das engrenagens que movimentam a economia pressupõe uma população disponível para o capital, estabelecida a partir da expropriação

e separação do trabalhador do seu meio de subsistência, colocando-o inteiramente à disposição das necessidades do capitalismo. A reprodução da população está intrinsecamente ligada ao modo de produção econômico, e esta, por sua vez, ao se reproduzir, reproduz também todo o conjunto de relações sociais. Em poucas palavras, o trabalhador reproduz a si mesmo e a todo o arranjo das relações econômicas, de forma simultânea. A complexidade que compõe a manutenção da força de trabalho deve ser analisada em duas esferas, no campo da produção de mercadorias e da reprodução social da força de trabalho, a qual também se configura como uma mercadoria especial, pois, sob os ditames do capital, a produção de bens de consumo e a produção das condições de vida, enquanto mercadorias, fazem parte do mesmo processo de forma integrada.

Mesmo passando por metamorfoses, o capitalismo mantém os elementos centrais de sua base de funcionamento. O processo de expropriação, por exemplo, segue ocorrendo até os dias atuais sob as formas tradicionais e sob novas roupagens. O primeiro processo, de expropriação primária, nos termos de Fontes (2010) ocorre no berço do capitalismo, separando o trabalhador de seus meios de produção, disponibilizando-o integralmente às necessidades do sistema, e segue na atualidade com as ainda constantes expulsões de trabalhadores rurais, indígenas e quilombolas, por meio do agronegócio, da mineração, da expropriação dos recursos naturais. Soma-se a tal processo a expropriação secundária, caracterizada pela perda de direitos sociais, desmonte dos serviços públicos e subtração de direitos coletivos, delegando, de forma individual ao trabalhador toda responsabilidade pelos custos advindos da manutenção e reparação de sua capacidade de trabalho.

Podemos observar que a expropriação é um processo que ocorre permanentemente, sendo intrínseca às formas de acumulação existentes. A hegemonia do capital congrega as formas passadas e atuais de dominação, em um processo dialético e, portanto, contraditório. As particularidades presentes em cada momento histórico são guiadas por uma lógica semelhante, mas que

está em constante movimento, não se resumindo a uma relação mecanicista de causa e efeito.

Diante desse quadro de expropriação e exploração dos trabalhadores, observado na atualidade em formas requintadas de precarização das relações e condições de trabalho, a educação no ambiente escolar deve ser compreendida enquanto parte constitutiva da reprodução social da força de trabalho e, conjuntamente, para manutenção das relações produtivas vigentes. Apesar de não atuar diretamente na produção de valor, a escola, de acordo com os interesses do capital, seria responsável por adequar e especializar as atuais e futuras gerações de trabalhadores, moldando um amplo conjunto de jovens e adultos para responder às suas exigências.

Na perspectiva da totalidade, o capital cria e recria mecanismos de controle de todas as dimensões da vida em sociedade, a começar pelo trabalho e alcançando as relações familiares, o acesso à educação, o consumo e até mesmo o “tempo livre” do trabalhador. Logo, a educação escolar, nesta perspectiva, tem como objetivo a produção de um “consenso”, ancorado na conformidade e aceitação dos trabalhadores à ideologia dominante. Atua para naturalizar as evidentes contradições e a própria divisão da sociedade em classes antagônicas, com necessidades e interesses opostos, internalizando uma perspectiva de mundo que não corresponde com a sua realidade concreta. Diante desse quadro, fica evidente que a reprodução social da força de trabalho, em sua plenitude, é formada pela unidade de interesses contrários, presentes nas formas de reprodução do capital e da reprodução social e coletiva da força de trabalho.

Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos parte das necessidades impostas pelo desenvolvimento da indústria no Brasil, atrelada à educação profissional básica, direcionada exclusivamente ao mundo do trabalho e à alfabetização massificada para grandes parcelas da população, sem perspectiva de continuidade ou integração em nível nacional, vista somente como ações pontuais e focalizadas, para maquiagem os índices de escolaridade. Apenas com a elaboração e promulgação da Constituição Federal de 1988, onde a educação

passa a ser reconhecida como direito básico universal, é que o Estado brasileiro assume o compromisso de ofertar a Educação de Jovens e Adultos enquanto uma modalidade da rede pública de ensino. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 1996, a modalidade figura em um capítulo próprio, mas seu caráter enquanto política compensatória ainda persiste, sendo referida como “cursos e exames supletivos”.

A regulamentação e implementação da EJA constitui, historicamente, uma disputa de interesses nos rumos da educação. De um lado, setores que defendem a educação pública, estatal e de forma continuada, com a modalidade sendo regulamentada em uma perspectiva de longo prazo, articulada com a realidade concreta dos estudantes. De outro lado, a concepção de que a educação para jovens e adultos deve ser focada na certificação e na educação profissional para o mundo do trabalho (ou do desemprego), em articulação com entidades empresariais do terceiro setor, enquanto políticas complementares.

Essa disputa traduz uma problemática contraditória referente à sua implementação. Por um lado, a EJA enquanto política pública reflete a desigualdade da sociedade de classes e, deste modo, surge como mecanismo compensatório voltado para o mundo do trabalho, em termos de adaptação, flexibilidade e empregabilidade. Mas por outro, pode configurar-se como importante política pública, fundamental na integração dos trabalhadores jovens e adultos com o ambiente educacional, apresentando-se como alternativa para retomada da trajetória escolar, auxiliando no combate ao analfabetismo e meio de ensino e aprendizagem dos conhecimentos historicamente desenvolvidos.

A defesa da EJA enquanto política educacional permanente é uma demanda latente, devido às profundas desigualdades estruturais expressas no acesso à educação no Brasil. Mesmo figurando entre as maiores economias do mundo, o país ainda possui 11 milhões de habitantes em situação de analfabetismo. Dentre aqueles que não finalizaram o Ensino Médio, o número representa 51% do total da população maior de 25 anos. Os dados demonstram que a necessidade é gritante, contudo, a oferta para a modalidade vem sendo

sucateada continuamente, em conjunto com a promoção e divulgação massiva do ENCCEJA, enquanto exame de certificação.

A promoção dos exames para a certificação de conclusão dos ensinos fundamental e médio retroalimenta a concepção de EJA enquanto política compensatória, desenvolvida historicamente no Brasil. Isso porque tem a capacidade de alavancar as estatísticas gerais de escolarização e, ainda, sanar as demandas dos trabalhadores frente a um mercado de trabalho cada vez mais flexível e precário, fornecendo a certificação básica sem aprofundar os conteúdos e sem tomar o seu valioso tempo de vida, voltado majoritariamente para a reprodução do capital através da venda de sua força de trabalho.

Frente às contradições de suas vidas, os estudantes que compõem o público alvo da educação de jovens e adultos têm sua condição de estudante relegada a um segundo plano de modo constante, predominando a sua condição de trabalhador. Diante do impasse colocado, apresenta-se a principal problemática atrelada à trajetória escolar desses estudantes. De fato, diante das contradições que enfrentam e das possibilidades de certificação de forma imediata através do ENCCEJA, surge o questionamento sobre as motivações que trazem os estudantes para a EJA e quais suas possibilidades futuras de continuidade dos estudos junto à educação escolar formal. Buscando responder tal questionamento, este trabalho de conclusão de curso teve como base pesquisa de campo sobre a particularidade da EJA na rede municipal de ensino de Florianópolis como uma amostra, traçando um paralelo entre as condições de vida dos estudantes e suas perspectivas perante a escola.

Após a análise da estrutura e do funcionamento atual da EJA em Florianópolis, identificou-se que a modalidade possui particularidades relacionadas ao contexto social e econômico da cidade, com sua primeira regulamentação oficial ocorrendo justamente no contexto da década de 1990, onde há o aumento do fluxo migratório, ausente de planejamento urbano e sem qualquer contrapartida de serviços públicos para atender as demandas do crescimento exponencial da população, especialmente nos bairros populares

mais distantes da região central. Portanto, uma das particularidades da modalidade em Florianópolis consiste na alta presença de estudantes migrantes, oriundos de diversas partes do país, e que, em determinado momento da vida, foram excluídos do ambiente escolar. Conforme discutido anteriormente, compreendemos a situação da população migrante como uma massa permanentemente disponível às necessidades de expansão do capital. Devido aos processos de expropriações primárias e secundárias dos quais foram alvos, permanecem desprovidos de terra, moradia, estabilidade financeira e empregatícia, direitos trabalhistas, acesso à organização sindical e a redes de apoio solidário (como família, amigos etc.), o que torna sua condição de vida altamente precarizada. No que concerne à educação, em decorrência do constante deslocamento entre diferentes cidades, estados e regiões do país, a parcela migrante da população tem seu direito ao acesso à educação restringido frente às necessidades imediatas de sua vida.

Outra problemática detectada foi o fenômeno de juvenilização da EJA em Florianópolis, que pode ser observado nos dados gerais de matrícula da modalidade, com cerca de 60% dos estudantes com idades entre 15 e 29 anos e 40% representando a parcela dos estudantes com mais de 30 anos. Analisando os dados de forma segregada por segmento, a diferença de perfis fica ainda mais exposta, pois mais de 70% dos matriculados no segundo segmento possuem idade menor que 30 anos.

O polo selecionado como amostragem para o aprofundamento da pesquisa, tendo em vista a alta presença de migrantes, a qual chega a quase 80% nos dados de matrícula de 2022, está situado no Núcleo EJA Leste, localizado no bairro do Rio Vermelho, mais precisamente na Escola de Educação Básica Municipal Maria Conceição Nunes. Essa alta presença de migrantes é explicada pela formação socioespacial do bairro, caracterizada por terrenos com loteamentos irregulares e pela expansão populacional ocorrida nos últimos anos, atraindo grandes contingentes de migrantes devido ao baixo preço dos imóveis e dos aluguéis na região, comparado às demais localidades de Florianópolis.

Traçando um paralelo com as respostas obtidas pela aplicação dos questionários, destaca-se o fato de estudantes tão jovens terem se deslocado mais de uma vez entre diferentes cidades e estados. Deste modo, podemos inferir que, sob a forma flexível de acumulação, o capital apresenta maior possibilidade de deslocamento, o que ocasiona, por consequência, a existência de grandes fluxos migratórios de trabalhadores. As contradições presentes nesse contexto afetam principalmente as condições de reprodução da vida dessa parcela da população, com ênfase no percurso escolar desses jovens.

As barreiras impostas pelo constante deslocamento entre diferentes regiões, combinadas com a necessidade de conciliar o trabalho com os estudos, ocasionaram a descontinuidade do percurso escolar desses jovens e adultos de forma abrupta, tendo em vista que, ante às necessidades concretas de suas vidas, a frequência à escola é relegada ao segundo plano. Devido a essa situação, podemos constatar que a EJA se apresenta como alternativa mais acessível para o retorno ao ambiente escolar, por conta de seu caráter flexível, baseado na pesquisa como princípio educativo, e do fluxo de matrículas que permanece contínuo ao longo de todo o ano escolar.

Outro ponto central identificado nas fichas de matrícula consiste na diferença de idade entre o primeiro e o segundo segmento, o que torna explícita a intensificação do fenômeno de juvenilização da EJA nesse polo em específico. Geralmente atribuído a casos de indisciplina, dificuldade de aprendizagem ou baixa frequência nas aulas relacionada a fatores externos, ou seja, justificativas que são pautadas em fatores individualizados, este fenômeno tem causas que vão além das aparências. Por intermédio dos questionários, constatou-se que metade dos estudantes buscaram a EJA pela ausência de vagas no ensino regular. Sendo assim, podemos perceber, nesse caso, que o fato gerador da interrupção da trajetória escolar não consiste em uma decisão individual, motivada pela vontade do estudante, mas sim pela debilidade na oferta de vagas na rede pública, municipal e estadual, o que envolve desde a falta de verbas, a construção de estruturas adequadas e a abertura de concurso públicos para ampliação do quadro de professores.

Isto posto, podemos observar que, além da educação pública apresentar-se sucateada e insuficiente para as demandas da população, está sendo reforçado o caráter da EJA como uma política compensatória. Nesse caso, como forma de suprir a falta de atenção do Estado para com as demais modalidades, acolhendo em caráter provisório um conjunto considerável de estudantes que busca permanecer/retornar ao ensino regular. Este é um problema característico e evidente na região que abarca os bairros do Norte da Ilha, mas que pode atingir demais áreas da cidade, levando em consideração o crescimento populacional de Florianópolis, associado aos cortes orçamentários na educação e o consequente baixo investimento na rede escolar.

Em relação às condições de vida dos estudantes, temos um perfil composto em sua maioria por jovens migrantes (81%), homens (76%), com renda familiar menor que dois salários mínimos ou sem renda fixa (52%), que ingressaram antes dos 16 anos no mercado de trabalho (47,6%) e, predominantemente, não possuem vínculos formais de emprego com carteira assinada (apenas 1 estudante afirmou estar vinculado a CLT). Sobre as perspectivas futuras, ainda que persista a dificuldade de acesso ao ensino, conforme observamos anteriormente, a maioria dos estudantes acredita na educação como forma de melhorar sua vida (85,7%), além de terem a expectativa de seguir com os estudos, seja através do supletivo, do ensino regular ou de cursos técnicos/profissionalizantes, o que abrange 61,8% do total das respostas.

Os indicadores corroboram com a análise da reprodução social dos trabalhadores na atualidade, no contexto da precarização estrutural da força de trabalho e da flexibilização dos direitos trabalhistas. Assim como refletem as condições de vida de parte considerável da população brasileira, refém do aumento do custo de vida e da perda do poder de compra real dos salários, o que foi agravado pela pandemia e pelas especificidades presentes em Florianópolis, que figura como uma das cidades com o maior custo de vida do país, possuindo a segunda cesta básica mais cara dentre as capitais do Brasil.

Ainda sobre a análise dos dados, fica evidente a presença majoritária de migrantes na EJA em Florianópolis, em especial no polo situado no bairro Rio Vermelho, resultado da interrupção dos percursos escolares de jovens e adultos trabalhadores que estão em constante deslocamento, inseridos em uma conjuntura onde há crescentes índices de desemprego e de trabalhos informais. É possível correlacionar a expulsão dos trabalhadores de sua cidade natal de forma integrada à expropriação, a qual ocasiona, conseqüentemente, a expulsão dessas populações da escola e impõem diversas dificuldades no acesso ao conhecimento.

O polo EBM Maria Conceição Nunes segue as tendências apresentadas no município, de juvenilização dos estudantes matriculados no 2º segmento, porém, as singularidades presentes na região agravam esse cenário. A falta de vagas no Ensino Fundamental no Norte da Ilha, devido à ausência de planejamento urbano e de oferta de políticas sociais pelo poder público e ao crescimento populacional desordenado presente em Florianópolis, demonstra ser o principal motivador para a procura da EJA pelos jovens em idade considerada adequada para o ensino regular. Portanto, o caráter compensatório atrelado historicamente à modalidade ganha uma nova roupagem, servindo como um mecanismo de contenção para suprir emergencialmente a falta de vagas no ensino regular. Esse fato coloca uma nova problemática aos profissionais da educação que atuam no segmento, uma vez que, com a mudança no perfil dos estudantes, surge a demanda de associar as práticas pedagógicas à realidade desses novos alunos, os quais apresentam uma composição diferente do público que geralmente acessa a modalidade. A necessidade de integrar estudantes que recentemente estavam no ensino regular e pretendem retornar em breve, apresenta desafios em termos didáticos e no âmbito do ensino-aprendizagem, tendo em vista que as modalidades possuem diretrizes curriculares diferentes.

A análise das respostas obtidas por meio do questionário demonstra que, mesmo expostos às barreiras colocadas para sua reprodução social, a maioria dos estudantes possui perspectivas de continuidade dos estudos, com a

expectativa de que podem transformar suas vidas por meio da educação. Jovens, migrantes e com frequência inseridos em relações de trabalho precárias, os estudantes que acessam a EJA possuem uma perspectiva de esperança guiado pela educação, porém, esbarram na destruição dos serviços públicos, bem como na distância cada vez maior entre a escolarização e a possibilidade de acesso ao trabalho e condições de vida dignas e, em última instância, nas contradições causadas pelo capitalismo.

O ambiente escolar é um espaço contraditório, estruturado para transmitir a ideologia dominante, adaptando o conjunto de estudantes para atender as necessidades do capital e do mundo do trabalho, com o objetivo de assegurar a hegemonia do capitalismo através da naturalização de suas bases econômicas, sociais, culturais e políticas. Para tanto, é fundamental a atuação de movimentos e entidades, de trabalhadores e estudantes, que defendem o acesso universal a educação básica, pública, popular, gratuita e de qualidade, conjuntamente com a construção de um novo projeto para a educação brasileira. O potencial transformador da escola é uma possibilidade real, que deve ser considerada como horizonte, tendo em vista sua capacidade de servir como espaço para transmissão do conhecimento científico, de forma crítica, visando a superação das contradições presentes na sociedade atual.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, Ricardo. Classe operária, sindicatos e partido no Brasil: da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.

BHATTACHARYA, Thiti. Reproducción social del trabajo y clase obrera global. Viento Sur, 2018. Trad. Camila Baron y Facundo Nahuel Martín.

Brasil atinge taxa de informalidade de 40,4% no trimestre até janeiro, diz IBGE. Revista Época, 2022. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2022/03/epoca-negocios-brasil-atinge-taxa-de-informalidade-de-404-no-trimestre-ate-janeiro-diz-ibge.html>> Acesso: 07/05/2022.

Brasil soma recorde de 14,8 mi de desempregados em meio à crise da pandemia. UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2021/05/27/brasil-tem-desemprego-de-147-no-tri-ate-marco-diz-ibge.htm>> Acesso: 18/07/2022.

Conheça o Brasil – População – Educação. IBGE Educa, 2019. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>> Acesso em: 29/06/2022.

COSTA, Arland. et. al.; A socioeconomia da mesorregião da Grande Florianópolis durante o intervalo censitário de 2000 a 2010. Texto para Discussão. n. 5, p. 1-33. Florianópolis, 2013.

CRUZ, Amália C. S.; GISLER, Giulia V. G.; NASCIMENTO, Eron K.; PEREIRA, Larissa L.; VENDRAMINI, Célia R. Migração forçada: a violência por meio da expropriação e acumulação capitalista. I ENCONTRO MEMÓRIA E DIREITOS HUMANOS - UFSC, setembro, 2019.

DA ROSA, Jorge Luiz. Do Rural ao Urbano: O caso de São João do Rio Vermelho (Município de Florianópolis). Trabalho de Conclusão de Curso (TCC/Ciências Econômicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Encceja 2019 tem aumento de 75% no número de inscritos, diz Inep. G1 – Educação, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/04/encceja-2019-tem-aumento-de-75percent-no-numero-de-inscritos-diz-inep.ghtml>> Acesso em: 29/06/2022.

ENGELS, Friedrich. A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESPINOSA, Henrique B.; VENDRAMINI, Célia R. Migração e escolarização em uma escola pública de Florianópolis/SC. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 18, n. 38, p. 136-150, maio/ago. 2016.

FONTES, Virgínia. Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FONTES, Virgínia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. Revista Marx e o Marxismo, v.5, n.8, p. 45-67, jan/jun 2017.

FROCHTENGARTEN, Fernando. Caminhando sobre fronteiras: o papel da educação na vida de adultos migrantes. São Paulo: Summus, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas. Brasília: Líber Livro, 2005.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. São Paulo: Hedra, 2008.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-130, ago. 2000.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. 17 Contradições e o Fim do Capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEFEVBRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

MARCASSA, Luciana Pedrosa; CONDE, Soraya Franzoni; DALMAGRO, Sandra Luciana (Orgs.). Juventude pobre e escolarização: trabalho, cultura e perspectivas de futuro nos territórios do Maciço do Morro da Cruz – Florianópolis. Florianópolis: Editoria em Debate, 2019.

MARX, Karl. Grundrisse. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O Capital, Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MESZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. Introdução ao estudo do método de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Número de famílias na extrema pobreza salta 11,8% em 2022. Poder 360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/numero-de-familias-na-extrema-pobreza-salta-118-em-2022/>> Acesso: 18/07/2022.

OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sobre o capital. Estudos CEBRAP, v. 16, 1976, p. 5-25.

PEREIRA, Larissa do Livramento. A escolarização de trabalhadores migrantes na Educação de Jovens e Adultos diante da longa jornada de trabalho. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 163 p., 2020.

Pelo menos 120 estudantes do Norte da Ilha não frequentam a escola em Florianópolis. ND Mais, 2022. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/educacao/mp-de-sc-pede-abertura-de-novas-vagas-para-o-ensino-fundamental-no-norte-de-florianopolis/>> Acesso em: 15/07/2022.

PNAD Educação 2019: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Agência IBGE de notícias, 2020. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>> Acesso em: 29/06/2022.

POZZO, Renata Rogowski. Modernidade capitalista em Florianópolis-SC e a dinâmica do centro urbano. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2010.

Prefeitura de Florianópolis esclarece MPC-SC sobre falta de vagas na rede municipal de ensino. Ministério Público de Contas de Santa Catarina (MPC-SC), 2019. Disponível em: <<https://www.mpc.sc.gov.br/noticias/prefeitura-de-florianopolis-esclarece-mpc-sc-sobre-falta-de-vagas-na-rede-municipal-de-ensino/>> Acesso em: 15/07/2022.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores: história, lutas e direito em risco. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

RUMMERT, Sonia Maria. Educação de jovens e adultos trabalhadores e a produção social da existência. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (orgs.). Trabalho e Educação de Jovens e Adultos. Brasília: Liber Livro e Editora UFFF, 2011. p. 137-163.

RUMMERT, Sonia Maria. Gramsci, trabalho e educação: jovens e adultos pouco escolarizados no Brasil atual. Cadernos Sísifo: 4. Lisboa: Educa – Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2007.

SAVIANI, Demerval. Escola e Democracia. 19ª ed. São Paulo: Cortez Editora e Editora Autores Associados, 1981.

SILVA, Mariléia Maria. Jovens da EJA na “Ilha da Magia”: condições de trabalho, educação e migração. *Geminal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, p. 162-171, abr. 2019.

SILVER, Beverly J. *Forças do trabalho: Movimentos de trabalhadores e globalização desde 1870*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *Teoria Marxista da Educação – Volume I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1976.

VENDRAMINI, Célia Regina et. al. Migração, trabalho e escolarização de jovens em diferentes percursos escolares. *Perspectiva – Revista do Centro de Ciências da Educação*, Florianópolis, V. 38, n. 4 – p. 01 – 23, out./dez. 2020.

VENDRAMINI, Célia Regina. Jovens migrantes diante do desafio de trabalhar e estudar. *Revista Contrapontos - Eletrônica*, Vol. 17- n. 3, Itajaí, Jul-Set 2017.

VENTURA, Jaqueline. A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria. *Trabalho e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Liber Livro e Editora UFFF, 2011. p. 57-97.

ZANELA, C. C., BARCELOS, A. R. F., MACHADO, R. (orgs). *Proposta Curricular da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis – 2016*. Florianópolis: Prefeitura de Florianópolis, Secretaria de Educação, 2016.

APÊNDICE A – Roteiro para o grupo focal

ROTEIRO PARA GRUPO FOCAL 1

EJA RIO VERMELHO – Segmento 2

TEMA: MIGRAÇÃO (a vida, o trabalho, a escola antes de migrar)

05/07/2022

1 – Rodada para cada um se apresentar: nome, idade e cidade / estado em que nasceu (Uso do mapa para cada um localizar sua cidade de nascimento).

Fale sobre como era sua vida lá.

O trabalho: com que idade começou a trabalhar, no que trabalhava, quantas horas por dia, salário, condições de trabalho, desemprego.

A moradia: como era a casa, com quem morava, alugada ou própria, o bairro (o que tinha no bairro)

2 – Com que idade saiu de sua cidade natal? Por quê?

3 – Em quantas cidades e estados já morou? (Para aqueles que já mudaram muito, perguntar por que desta rotatividade). Já morou no campo?

4 – Pretende retornar à sua terra?

5 – Quais as diferenças que você vê entre a cidade natal ou o local onde morava e a vida / o trabalho aqui em Florianópolis?

6 – Sobre a escola: Por que saiu da escola? Por que procurou a EJA? O que pretende fazer quando concluir a EJA?

APÊNDICE B – Questionário para o 2º segmento da EJA Rio

Vermelho

Caro(a) Estudante:

Este questionário que você tem em mãos é parte de uma pesquisa que está sendo desenvolvida pelo Núcleo de Estudos sobre as Transformações no Mundo do Trabalho da UFSC. O objetivo da pesquisa é analisar a relação dos estudantes migrantes com a escola. Se você aceitar respondê-lo, saiba que sua colaboração será importante para o estudo. Você não será identificado(a) e não será divulgado o nome de nenhum(a) estudante que responder a este questionário. Muito Obrigado(a)!

1. Idade

- () 15 a 17 anos
 () 18 a 24 anos
 () 25 a 29 anos
 () mais de 30 anos

2. Sexo: () feminino () masculino () outro

3. Como você se define?

- () branco () negro () indígena
 () mulato () asiático () não sei
 () outro. Qual? _____

4. Há quanto tempo você mora em Florianópolis?

- () menos de 1 ano
 () de 1 a 5 anos
 () de 5 a 10 anos
 () mais de 10 anos
 () não moro em Florianópolis

Bairro de Moradia

Atual _____

5. Cidade e Estado onde nasceu

Preencha o quadro *abaixo* informando em quais cidades e estados já morou e por quanto tempo, conforme o exemplo:

Cidade	Estado	Tempo (meses e anos)
Chapecó	Santa Catarina	3 anos e 8 meses

6. Por que você saiu de sua cidade?

- () não tinha trabalho
 () o que ganhava não dava para viver
 () pela violência
 () questões familiares
 () para estudar
 () outro. Qual? _____

7. Com quem você mora?

- () com meus pais
 () com outros familiares

() com meus filhos

() com esposa/o, namorada/o

() sozinho

() com amigos

() Outro.

Qual? _____

8. Renda familiar: soma de todos os rendimentos da família

- () Até 1 salário mínimo (Até R\$ 1.212,00)
 () De 1 a 2 salários mínimos (De R\$ 1.212,00 a R\$ 2.424,00)
 () De 2 a 4 salários mínimos (De R\$ 2.424,00 a R\$ 4.848,00)
 () Mais de 4 salários mínimos (Mais de R\$ 4.848,00)
 () Mais de 6 (Mais de R\$ 7.272,00)
 () Não tem renda fixa
 () não sei

9. Sua família participa de algum Programa Social do Governo ou recebe algum tipo de bolsa?

- () Bolsa Família
 () Auxílio emergencial
 () PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
 () Jovem Aprendiz
 () outro.

Qual? _____

() não recebe

() não sei

10. Você trabalha?

- () sim, com carteira assinada
 () sim, sem carteira assinada
 () não, estou desempregado
 () não, nunca trabalhei

11. Com que idade você começou a trabalhar?

- () antes dos 10 anos
 () 10 a 12 anos
 () 12 a 14 anos
 () 14 a 16 anos
 () após os 16 anos
 () nunca trabalhei

12. Qual a sua escolaridade?

- () 5º ano
 () 6º ano
 () 7º ano
 () 8º ano

13. Em quantas escolas você já estudou?

- () somente uma
 () 2 a 3
 () 3 a 5
 () mais que 5

14. Por que você acha que os jovens desistem da escola?

- desânimo e desmotivação para os estudos
- não possuem condições financeiras para frequentar a escola mesmo sendo pública
- não possuem apoio da família
- precisam trabalhar
- se envolvem com álcool e/ou drogas
- há outras atividades mais interessantes fora da escola. Quais?

outros motivos.

Quais? _____

15. Por que você procurou a EJA?

- não tinha vaga na escola regular
- fui transferido da escola regular
- desisti da escola regular
- quero o certificado de conclusão do Ensino Fundamental
- para conciliar com o trabalho
- para melhorar o salário
- pela forma de ensino
- outro. Qual? _____

16. Após concluir o Ensino Fundamental você pretende:

- fazer um curso técnico / profissionalizante
- fazer o Ensino Médio EJA / supletivo
- fazer a prova do ENCCEJA
- fazer o Ensino Médio regular
- trabalhar e parar de estudar
- casar e cuidar da casa
- não sei
- outra situação. Qual?

17. Você tem expectativa que sua vida possa melhorar?

- sim
- não

De que forma?

- por meio da escola
- pelos sindicatos e movimentos sociais
- pelos partidos políticos
- pela Igreja
- outro. Qual? _____

18. Das atividades vividas **fora** da escola, o que mais atrapalha seus estudos?

- o trabalho
- cuidar dos meus filhos ou irmãos menores
- as atividades domésticas
- outros projetos de formação profissional

- participar de movimentos sociais e/ou culturais
- internet / televisão / videogame
- praticar esporte regularmente
- passar muito tempo com os amigos
- atividades de outra natureza. Quais?

19. O que você faz quando não está estudando ou trabalhando?

- descanso / durmo
- tarefas domésticas: comida, limpeza, compras
- passo o tempo com minha família
- passo o tempo com meus amigos
- leio / estudo
- assisto televisão
- navego na internet
- pratico esporte
- vou à praia
- participo de projetos / oficinas / ONGs
- participo de movimentos sociais
- participo de movimentos culturais
- vou na Igreja
- outro. Qual? _____

20. Você gostaria de fazer algum comentário?
